

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL-LICENCIATURA PLENA**

Andryella Dotto

**TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM E O
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA POLÊMICA
NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Santa Maria, RS, Brasil
2017**

Andryella Dotto

**TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM E O
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA POLÊMICA NA
ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Final de Curso apresentado ao Curso de Educação Especial – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Licenciada em Educação Especial**.

Orientadora: Prof^a Ms. Andréa Tonini

**Santa Maria, RS, Brasil
2017**

Andryella Dotto

**TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM E O ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA POLÊMICA NA ÁREA DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Final de Curso apresentado
ao Curso de Educação Especial –
Licenciatura Plena, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como
requisito parcial para obtenção do título
de **Licenciada em Educação Especial**.

Aprovado em 20 de dezembro de 2017:



Andréa Tonini, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Anelise dos Santos da Costa, Ms. (UFSM)
(Banca)



Renata Corcini Carvalho Canabarro, Ms. (SMED)
(Banca)

Santa Maria, RS, Brasil
2017

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa para mim, o encerramento de uma etapa muito importante da minha vida pessoal e profissional, pois além da conclusão da minha graduação, representa o fim de um período de grande amadurecimento como ser humano. Amadurecimento este, que só foi possível com a parceria, compreensão e dedicação de várias pessoas. Agradeço aqui, a todos que de alguma forma, contribuíram não só para a conclusão deste estudo, mas que estiveram comigo durante todo este período de graduação. Deste modo, de uma maneira especial, agradeço:

- a minha mãe Janete de Almeida, meu pai Deonísio Dotto e minha irmã Andressa Dotto, que contribuíram desde meus primeiros instantes de vida para a construção da pessoa que sou hoje, e mesmo não podendo estar comigo durante todos os dias minha caminhada acadêmica, sempre me apoiaram e se fizeram presentes. Obrigada por tudo! Vocês são as pessoas mais importantes da minha vida! Meus amores e meu porto seguro.

- aos meus colegas e amigos que me acompanharam durante esta trajetória, tornando os dias mais leves e felizes. Especialmente a minha eterna dupla e grande amiga Fernanda Bordoli Charopem, com quem dividi momentos de angústia e nervosismo, mas também as maiores conquistas e alegrias desta trajetória acadêmica. Obrigada pela parceria de sempre!

- a minha orientadora, Prof^a Ms. Andréa Tonini, pela paciência, dedicação e compreensão durante a realização deste estudo. Sua orientação foi fundamental para que este trabalho se concretizasse!

- a esta instituição, Universidade Federal de Santa Maria, que possibilitou através do benefício socioeconômico e demais programas de assistência estudantil, a minha moradia na Casa do Estudante Universitário-CEUII, esta que foi de suma importância para meu ingresso, permanência e conclusão do Curso de Educação Especial - Licenciatura Plena;

- a todos os integrantes do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) subprojeto Interdisciplinar Educação do Campo, especialmente aos pibidianos, professores e alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Arroio Grande, com quem pude conviver, trocar ideais, compartilhar experiências e construir saberes que com certeza vieram a acrescentar em minha formação acadêmica e farão toda a diferença em minha caminhada profissional;

- a todos os professores que por mim passaram e sempre acreditaram em meu potencial, especialmente a Prof^a Ms. Anelise Santos da Costa, pelo carinho e atenção que a tornaram mais do que uma professora, uma amiga querida;

- por fim, agradeço a banca pelas contribuições.

Muito Obrigada!

EPÍGRAFE

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa. Todos
nós ignoramos alguma coisa. Por isso
aprendemos sempre.

(Paulo Freire)

RESUMO

ALUNOS COM TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA POLÊMICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

AUTORA: Andryella Dotto
ORIENTADOR: Andréa Tonini

Este trabalho apresenta um estudo que teve o objetivo de conhecer as percepções dos professores de educação especial em relação aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem no contexto do atendimento educacional especializado. Duas questões nortearam a discussão proposta, sendo, quais os motivos para os professores de educação especial incluírem os alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado e para além da legislação que não considera os alunos com transtornos específicos da aprendizagem público-alvo da Educação Especial e do atendimento educacional especializado, há outras razões para o não atendimento destes alunos. Para a realização deste trabalho, foram abordados referenciais teóricos pertinentes ao assunto dos transtornos específicos da aprendizagem e da legislação brasileira referente a educação especial. O estudo foi realizado com seis professoras de educação especial da rede municipal e estadual de Santa Maria-RS que atuam no atendimento educacional especializado. Portanto, com o intuito de responder da melhor forma possível as questões de investigação e os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de campo e para a coleta de dados, realizada no segundo semestre de 2017, considerou-se a entrevista semiestruturada como ferramenta mais adequada para obter as informações necessárias. A partir do estudo proposto conclui-se que a prática docente dos profissionais da educação especial em contexto escolar revela que alunos com transtornos específicos da aprendizagem necessitam de um apoio especializado e não há leis nacionais que garantam este direito, originando uma polêmica em como resolver esta situação para que todos os alunos sejam de fato atendidos nas escolas inclusivas.

Palavras-chave: Educação Especial. Transtornos específicos da aprendizagem. Atendimento educacional especializado.

ABSTRACT

SPECIFIC LEARNING DISORDERS AND THE SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE: A CONTROVERSY OF ESPECIAL EDUCATION AREA.

AUTHOR: Andryella Dotto

ADVISOR: Andréa Tonini

This work presents a study that had the objective of know the perceptions of special education teachers regarding to students with specific learning disorders in context of specialized educational service. Two questions guided the proposed discussion, being, which the reasons for the special education teachers include the students with specific learning disorders in the specialized educational service and to beyond the legislation that does not consider the students with specific learning disorders target audience of Special Education and the specialized educational service, there are other reasons for the no attendance to students. For the realization of this work, were approached theoretical references pertinent to the subject of specific learning disorders and the Brazilian legislation regarding special education. The study was realized with six special education teachers of municipal and state network of Santa Maria/RS that act in the especial educational service. Therefore, with intention of respond of the better way possible the research questions and proposed objectives, was realized a field research and for the data collect, realized in the second half of 2017, it was considered the semistructured interview as the most appropriate tool to get the necessary informations. From de proposed study, it is concluded that the teaching practice of special education professionals in school context reveals that students with specific learning disorders needs of specialized support and there are no national laws that ensure this right, originating a controversy in how to solve this situation for what all the students are in fact attended in the inclusive schools.

Keywords: Special Education. Specific Learning Disorders. Specialized Educational Service.

LISTA DE ANEXOS

| | |
|--|----|
| ANEXO A- ENTREVISTA PROFESSORA A | 56 |
| ANEXO B- ENTREVISTA PROFESSORA B | 59 |
| ANEXO C- ENTREVISTA PROFESSORA C | 63 |
| ANEXO D- ENTREVISTA PROFESSORA D | 68 |
| ANEXO E- ENTREVISTA PROFESSORA E | 75 |
| ANEXO F- ENTREVISTA PROFESSORA F | 78 |
| ANEXO G- TERMO DE CONSENTIMENTO..... | 83 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 09 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 2.1 TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM: UMA BREVE REVISÃO | 14 |
| 2.2 LEGISLAÇÃO ATUAL ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM | 19 |
| 3 METODOLOGIA | 24 |
| 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DE INVESTIGAÇÃO | 24 |
| 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES..... | 25 |
| 3.3 METODOLOGIA ADOTADA..... | 26 |
| 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS | 30 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 50 |
| REFERÊNCIAS | 52 |
| ANEXOS | 55 |

1 INTRODUÇÃO

Ao chegar à reta final do Curso de licenciatura plena em Educação Especial, deparo-me com o “temido” trabalho de final de curso (TFC) e com a tarefa de escrever sobre a minha trajetória pessoal ao longo dos meus vinte anos de existência, sobre os motivos da minha escolha profissional em ser professora de educação especial e sobre as razões da escolha do meu tema de pesquisa para o presente trabalho. Deste modo, vou começar contando um pouco sobre quem sou eu, a Andryella Dotto.

Sobre o meu nascimento, foi no dia sete de outubro de mil novecentos e noventa e seis (1996) e a minha cidade Natal é São Pedro do Sul-RS. Sou a segunda e última filha do casal Janete e Deonísio, ela atualmente com cinquenta e três anos de idade e ele com setenta e seis. Cresci ao lado de meus pais e de minha irmã Andressa (24 anos de idade), em uma localidade do interior, a aproximadamente oito quilômetros da área urbana do município de São Pedro do Sul.

Iniciei meu percurso escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Batista Bassotto, onde estudei da pré-escola ao quinto ano do ensino fundamental e me inseri no mundo da escrita e declamação de poesias através das atividades tradicionalistas gaúchas do Grupo Folclórico Trevo Piá. Desde então, o gosto pela escrita me acompanhou por toda a trajetória escolar, que teve continuidade na Escola Municipal de Ensino Fundamental Arthur Bernardo Schimidt, do sexto ao nono ano, e na Escola Estadual de Educação Básica Tito Ferrari, na qual fiz os três anos do Ensino Médio. Todas as escolas localizam-se em São Pedro do Sul.

As duas primeiras escolas nas quais fiz o ensino fundamental, são instituições pequenas, localizadas em áreas urbanas, mas que tinham alunos do interior como maior parte do seu público. Estes, assim como eu, chegavam até lá através de ônibus ou van escolar. Já a Escola Tito Ferrari é grande e central, sendo a única escola no município que oferece ensino médio, e que por isso, recebe alunos de todas as partes: bairros, centro e interior.

Portanto, o meu percurso escolar foi constituído nas três instituições supramencionadas, sempre com bom rendimento e participação em atividades

extracurriculares, porém, ainda sem um foco profissional, pois, por ser uma criança/adolescente curiosa e de fácil adaptação, diversas áreas me despertavam interesse, tais como: Artes Cênicas, Direito, Educação Física, História e Psicologia. Minha única certeza era estudar e trabalhar sobre e com o ser humano.

Sempre tive encantamento pelas infinitas características que tornam cada pessoa única, pelos fatores por trás do desenvolvimento e comportamento humano que levam seres de uma mesma espécie reagirem de formas diferentes em situações semelhantes. Como alunos de uma mesma turma, que ouvem os mesmos professores e, no entanto, parte demonstra interesse pelas artes e aversão as ciências, parte prefere cálculos a leitura, avaliações objetivas as discursivas, outra parte domina todos as áreas desde que sejam discutidas e avaliadas oralmente, e outra parte encontra dificuldades no processo de aprendizagem sem compreender o motivo.

Neste sentido, no terceiro ano do ensino médio, em dois mil e treze, chegando realmente no momento de decidir para qual curso prestar vestibular, eu tive a informação de que duas conterrâneas haviam ingressado no Curso de Educação Especial da UFSM, o que me despertou curiosidade sobre essa área de atuação, que eu já sabia da existência, mas não tinha nenhum conhecimento para além deste.

Nos dias que antecederam a inscrição para o processo seletivo, já havia descartado algumas das possibilidades citadas, e me encontrava em dúvida entre o Curso de Educação Especial e de Psicologia, até que enfim, optei pelo primeiro. No ano de dois mil e treze, também prestei vestibular em uma universidade particular para o Curso de Direito, para o qual fui aprovada. No entanto, esperava ansiosamente a divulgação da lista de aprovados na Universidade Federal de Santa Maria, por saber que não teria condições financeiras de manter-me em uma instituição privada. Cada dia antecedente a divulgação da lista, se tornava mais longo e tenso, a incerteza do futuro e medo de não alcançar o objetivo estavam sempre presentes, até a chegada da tão esperada notícia da aprovação! Iniciaram-se então, os preparativos para a nova vida universitária.

O ano de dois mil e quatorze foi o ano de mudanças. Foi o início da jornada acadêmica, do desabrochar para a vida adulta, da saída da casa dos pais à chegada a Casa do Estudante Universitário (CEUII). Mudança esta que contribuiu muito para

meu amadurecimento, seja pelo convívio com pessoas das mais variadas realidades, como pelas responsabilidades que vieram com o início do Curso. Com o início do Curso, entre uma disciplina e outra, minha curiosidade sobre esta área de atuação que ainda conhecia tão pouco, foi aumentando a cada dia. Foi então, que no quarto semestre, tivemos a primeira disciplina sobre Dificuldades de Aprendizagem (DA), cheia de novas informações e infinitas terminologias para tratar de um mesmo assunto, sendo: problemas de aprendizagem, dificuldades de aprendizagem, dificuldades de aprendizagem específicas e transtornos específicos de aprendizagem, para se referir a uma mesma problemática relacionada à aprendizagem.

Esta disciplina e a seguinte, Alternativas Metodológicas para Alunos com Dificuldade de Aprendizagem, foram aos poucos me fazendo refletir sobre as situações que convivi no meu percurso escolar, mas que passaram despercebidas pelo meu olhar ingênuo e inexperiente. Tive vários(as) colegas, no ensino fundamental principalmente, que não aprendiam os conteúdos trabalhados com a mesma facilidade que o restante da turma, e hoje, refletindo sobre as diversas situações de colegas não conseguiam ler um texto ou realizar uma atividade por escrito, não lembro destes receberem um apoio diferenciado. Lembro-me apenas que não aprendiam e repetiam o ano por diversas vezes.

Esta lembrança permaneceu em minha mente, e ao ter conhecimento de que os alunos com transtornos específicos da aprendizagem não são público-alvo da Educação Especial, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, alterada pela Lei nº 12.796 de 2013, e em consequência não são atendidos na sala de recursos multifuncionais por meio do atendimento educacional especializado (AEE), conforme prevê o Decreto nº 7.611 que especifica que o AEE deve “[...] atender as necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas”(2011, s.n).

Diante do exposto, passei a questionar-me sobre qual o apoio educacional que estes alunos recebem no espaço escolar, visto que legalmente o professor de educação especial, que seria o profissional supostamente capacitado para atender as necessidades educacionais desses alunos, não deverá atendê-los por não estar previsto como público-alvo da educação especial. Adicionalmente a esta situação, o

professor da classe regular, muitas vezes, não teve conhecimentos na sua formação inicial e continuada para trabalhar com os transtornos específicos da aprendizagem. Assim sendo, questiono sobre: qual profissional no contexto escolar atende as necessidades educacionais desses alunos para que estes desenvolvam as suas habilidades e superem ou minimizem as dificuldades de aprendizagem decorrentes dos transtornos específicos da aprendizagem da melhor forma possível?

Outra experiência relacionada a este tema, foi no Estágio Supervisionado em Dificuldade de Aprendizagem realizado com dois alunos do quinto ano do ensino fundamental, diagnosticados com dislexia, que frequentavam uma escola do campo e o atendimento psicopedagógico no Programa de Atendimento Especializado Municipal (PRAEM), vinculado na Secretaria Municipal de Educação (SMED) do município de Santa Maria-RS. Nesta oportunidade, surgiram novos questionamentos sobre o atendimento aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem no ambiente escolar, pois concomitantemente ao estágio eu desenvolvia atividades em uma outra escola do campo através do Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) - subprojeto interdisciplinar Educação do Campo, do qual faço parte desde maio de dois mil e dezesseis e, através da inserção nessas duas escolas, foi possível perceber uma diferença no funcionamento das mesmas, sendo: em uma escola, os alunos com transtornos específicos da aprendizagem não eram atendidos na sala de recursos multifuncional pela professora de educação especial, e na outra escola recebiam atendimento educacional especializado na sala de recursos, mesmo não fazendo parte do público-alvo deste atendimento.

A partir disso, delimito como questões norteadoras deste estudo, as seguintes perguntas:

- Quais os motivos para os professores de educação especial incluírem os alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado?

- Para além da legislação que não considera os alunos com transtornos específicos da aprendizagem público-alvo da Educação Especial e do atendimento educacional especializado, há outras razões para o não atendimento destes alunos?

Nessa perspectiva tem-se como objetivo geral conhecer as percepções dos professores de educação especial em relação aos alunos com transtornos

específicos da aprendizagem no contexto do atendimento educacional especializado.

Deste modo, para a realização do estudo elenquei os seguintes objetivos:

- ✓ analisar a percepção dos professores de educação especial de diferentes realidades escolares sobre os alunos com transtorno específico da aprendizagem;
- ✓ compreender os motivos que levam os professores de educação especial a incluir ou excluir os alunos com transtorno específico da aprendizagem no atendimento educacional especializado;
- ✓ perceber o modo que ocorre o atendimento educacional especializado aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem;
- ✓ identificar se os alunos com transtornos específicos da aprendizagem não incluídos no atendimento educacional especializado recebem algum tipo de apoio pedagógico no contexto escolar e de que forma ocorre esse apoio diferenciado;
- ✓ buscar o conhecimento da percepção dos professores de educação especial sobre o apoio que consideram necessário para os alunos com transtorno específico da aprendizagem quando não contemplados pelo atendimento educacional especializado.

Para contemplar as questões de investigação e os objetivos propostos, o estudo ocorreu em seis escolas, contemplando a rede municipal e estadual do município de Santa Maria, sendo as participantes, seis professoras de educação especial que realizam o atendimento educacional especializado.

Para finalizar, a estrutura do trabalho está organizada em cinco capítulos, sendo: introdução, no qual apresento a temática, as razões e os objetivos da presente pesquisa; referencial teórico, no qual apresento conceitos sobre os transtornos específicos da aprendizagem e informações sobre as políticas nacionais referentes à temática; metodologia, no qual faço a descrição da contextualização do campo da investigação, das participantes e da metodologia utilizada para a realização do estudo; análise e discussão dos dados, no qual apresento os dados coletados e com base na literatura sobre o assunto, articulo uma discussão a partir dos tópicos previamente definidos nas entrevistas; e por fim, as considerações finais sobre o estudo proposto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização do estudo proposto, o referencial teórico foi organizado em dois tópicos. O primeiro tópico apresenta uma breve revisão teórica dos transtornos específicos da aprendizagem. O segundo tópico apresenta a legislação brasileira atual acerca da educação especial no que se refere ao atendimento educacional especializado e os alunos com transtornos específicos da aprendizagem.

2.1 TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM: UMA BREVE REVISÃO

Para iniciar esta breve revisão, defini como aporte teórico o DSM-5, por ser um manual de referência mundial para o diagnóstico na área da saúde e educação sobre os transtornos específicos da aprendizagem. Utilizo também como referência os estudos de Correia (2008a; 2017a) sobre a definição conceitual das dificuldades de aprendizagem ou dificuldades de aprendizagem específicas que, apesar da nomenclatura diferente, se aproxima da definição dos transtornos específicos da aprendizagem apresentadas pelo DSM-5, possibilitando assim, uma articulação teórica entre as duas definições.

Isto posto, sobre os transtornos específicos da aprendizagem, o DSM-5 classifica-os no grupo dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, que é um grupo de transtornos com início no período do desenvolvimento da criança e suas limitações variam entre déficits na aprendizagem, habilidades sociais e controle das funções executivas.

De acordo com o DSM-5 (2014, p. 68), a origem biológica dos transtornos específicos da aprendizagem “inclui uma interação de fatores genéticos, epigenéticos e ambientais que influenciam a capacidade do cérebro para perceber ou processar informações verbais ou não verbais com eficiência e exatidão”. Sobre o processamento das informações, Correia (2005 apud CORREIA, 2008a, p. 46), afirma que as dificuldades de aprendizagem específicas derivam de alterações no funcionamento cerebral e “dizem respeito à forma como um indivíduo processa a informação –a recebe, a integra, a retém e a exprime-, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações”. Diante do exposto, percebe-se que nas duas definições, seja dos transtornos específicos da aprendizagem ou das

dificuldades de aprendizagem específicas, os autores mencionam um comprometimento na eficiência e exatidão no processamento da informação, fruto de uma interação de fatores internos e externos ao sujeito.

A respeito dos fatores de risco e prognóstico dos transtornos específicos da aprendizagem, o DSM-5 (2014) menciona o baixo peso, a prematuridade e a exposição a nicotina no período pré-natal como fator ambiental, e o alto índice de dificuldades para leitura, escrita e matemática na família como um fator genético. O manual aponta também fatores culturais que influenciam na manifestação e diagnóstico do transtorno, como a diferença de exigências apresentadas por cada idioma, e o contexto linguístico e cultural em que a pessoa se encontra.

Em relação aos critérios diagnósticos dos transtornos específicos da aprendizagem, o DSM-5, elenca quatro critérios, identificados por critério A, B, C e D, os quais serão descritos a seguir.

Sobre o Critério A, este se refere a dificuldades no uso de habilidades acadêmicas, e exige a persistência de ao menos um dos sintomas citados a seguir por pelo menos 6 meses, apesar da realização de intervenções pedagógicas:

1. Leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta e com esforço (p. ex., lê palavras isoladas em voz alta, de forma incorreta ou lenta e hesitante, frequentemente adivinha palavras, tem dificuldade de soletrá-las).
2. Dificuldade para compreender o sentido do que é lido (p. ex., pode ler o texto com precisão, mas não compreende a sequência, as relações, as inferências ou os sentidos mais profundos do que é lido).
3. Dificuldades para ortografar (ou escrever ortograficamente) (p. ex., pode adicionar, omitir ou substituir vogais e consoantes).
4. Dificuldades com a expressão escrita (p. ex., comete múltiplos erros de gramática ou pontuação nas frases; emprega organização inadequada de parágrafos; expressão escrita das ideias sem clareza).
5. Dificuldades para dominar o senso numérico, fatos numéricos ou cálculo (p. ex., entende números, sua magnitude e relações de forma insatisfatória; conta com os dedos para adicionar números de um dígito em vez de lembrar o fato aritmético, como fazem os colegas; perde-se no meio de cálculos aritméticos e pode trocar as operações).
6. Dificuldades no raciocínio (p. ex., tem grave dificuldade em aplicar conceitos, fatos ou operações matemáticas para solucionar problemas quantitativos). (DSM-5, 2014, p. 66)

O critério A, apresenta de maneira detalhada sintomas característicos de indivíduos com transtornos específicos da aprendizagem que podem ser relacionados com a definição portuguesa de dificuldades de aprendizagem específicas, proposta por Correia (2008a, p. 46), que afirma que estas podem se manifestar “[...] nas áreas da fala, da leitura, da escrita, da matemática e/ou

resolução de problemas, envolvendo défices que implicam problemas de memória, perceptivos, motores, de linguagem, de pensamento e metacognitivos.” Pode-se perceber que a definição portuguesa ao citar dificuldades nas áreas da leitura, escrita, matemática e/ou resolução de problemas, contempla os seis sintomas citados pelo critério A do DSM-5.

O critério B menciona o baixo desempenho acadêmico dos alunos com transtorno específicos da aprendizagem:

As habilidades acadêmicas afetadas estão substancial e quantitativamente abaixo do esperado para a idade cronológica do indivíduo, causando interferência significativa no desempenho acadêmico ou profissional ou nas atividades cotidianas, confirmada por meio de medidas de desempenho padronizadas administradas individualmente e por avaliação clínica abrangente. (DSM-5, 2014, p. 66-67)

Este critério também pode ser relacionado à definição portuguesa no que se refere ao critério de “discrepância acadêmica”, que diz respeito à discrepância entre o potencial cognitivo do aluno e seu real rendimento acadêmico. Neste sentido, Correia (2017a, p. 18), afirma que “esta discrepância, entre o potencial estimado e a realização acadêmica, há muito que tem sido um fator essencial na identificação de alunos com DA.”¹

O critério C aborda a manifestação dos transtornos específicos da aprendizagem:

As dificuldades de aprendizagem iniciam-se durante os anos escolares, mas podem não se manifestar completamente até que as exigências pelas habilidades acadêmicas afetadas excedam as capacidades limitadas do indivíduo (p. ex., em testes cronometrados, em leitura ou escrita de textos complexos longos e com prazo curto, em alta sobrecarga de exigências acadêmicas). (DSM-5, 2014, p. 67)

Sobre a manifestação dos transtornos específicos da aprendizagem, o DSM-5 (2014, p. 32) considera que se manifestam inicialmente, “durante os anos de escolaridade formal, caracterizando-se por dificuldades persistentes e prejudiciais nas habilidades básicas acadêmicas de leitura, escrita e/ou matemática” como

¹ Em 2017 o autor utiliza o somente o termo Dificuldades de Aprendizagem (DA), não mais Dificuldades de Aprendizagem Específicas (DAE), como em 2005 e 2008.

observado nos critérios diagnósticos. No entanto o próprio manual menciona manifestações que antecedem o período de escolarização formal, como “atrasos ou déficits linguísticos, dificuldades para rimar e contar ou dificuldades com habilidades motoras finas necessárias para a escrita” (DSM-5, 2014, p. 71). E também, características comportamentais, como “[...] relutância em envolver-se na aprendizagem; comportamento de oposição” (DSM-5, 2014, p. 71).

Em relação a isso, Altreider (2016, p. 231) elenca alguns fatores preditivos que podem ser observados em alunos com dislexia desde a educação infantil, como “[...] dificuldade (atraso) na aquisição da linguagem oral; dificuldade de memória fonológica; dificuldade em nomear pessoas, cores, objetos e figuras geométricas; representações gráficas aceleradas e pobres; e desinteresse por letras.” Estes fatores não determinam que o aluno terá um transtorno específico da aprendizagem, mas são informações merecedoras de atenção e de investigação por parte da família e escola.

Por fim, o critério D fala sobre a não relação dos transtornos específicos da aprendizagem com algum tipo de deficiência e práticas pedagógicas inadequadas:

As dificuldades de aprendizagem não podem ser explicadas por deficiências intelectuais, acuidade visual ou auditiva não corrigida, outros transtornos mentais ou neurológicos, adversidade psicossocial, falta de proficiência na língua de instrução acadêmica ou instrução educacional inadequada. (DSM-5, 2014, p. 67)

Compreende-se então, que os transtornos específicos da aprendizagem não são secundários a outros transtornos ou deficiências, e também não surgem a partir de metodologias de ensino inadequadas ou de situações sociais de privação, apesar de estes fatores poderem reforçar as dificuldades apresentadas. Neste sentido, Correia (2017a, p.19) menciona um “fator de exclusão” que assim como o critério D “[...] afasta a hipótese das DAE serem causadas por outras problemáticas, tal como a deficiência mental (recentemente designada por dificuldades intelectuais), os problemas sensoriais (auditivos e visuais), os problemas motores, as perturbações emocionais e as desvantagens culturais, sociais ou económicas.”

No DSM-5, também constam critérios especificadores para os transtornos específicos da aprendizagem de acordo com a área em que as habilidades acadêmicas são prejudicadas, sendo prejuízo na leitura; prejuízo na expressão escrita e prejuízo na matemática.

A partir desses especificadores, a dislexia é definida como “um termo alternativo usado em referência a um padrão de dificuldades de aprendizagem caracterizado por problemas no reconhecimento preciso ou fluente de palavras, problemas de decodificação e dificuldades de ortografia” (DSM-5, 2014, p. 67). A discalculia, da mesma forma, é definida como um termo alternativo, porém usado “em referência a um padrão de dificuldades caracterizado por problemas no processamento de informações numéricas, aprendizagem de fatos aritméticos e realização de cálculos precisos ou fluentes” (DSM-5, 2014, p. 67).

Desta forma, pode-se compreender a dislexia como um grupo de problemas relacionados a habilidades na leitura e escrita, e a discalculia, como um grupo de problemas relacionados a habilidades matemáticas. Sobre o prejuízo na expressão escrita não são mencionados termos alternativos, apenas especifica-se prejuízo na precisão na ortografia, na gramática e pontuação, e também na organização da expressão escrita.

Sobre o desenvolvimento e curso dos transtornos específicos da aprendizagem, o DSM-5 (2014) destaca que as dificuldades na aprendizagem não permanecem apenas nos anos escolares, mas que permanecem no decorrer da vida, variando em forma e intensidade, de acordo com a exigência das tarefas realizadas e com as intervenções utilizadas para minimizá-las, conforme pode ser observado a seguir:

O transtorno específico da aprendizagem permanece ao longo da vida, mas seu curso e expressão clínica variam, em parte, dependendo das interações entre as exigências ambientais, a variedade e a gravidade das dificuldades individuais de aprendizagem, as capacidades individuais de aprendizagem, comorbidades e sistemas de apoio e intervenção disponíveis. Ainda assim, na vida diária, problemas na fluência e compreensão da leitura, na soletração, na expressão escrita e na habilidade com números costumam persistir na vida adulta. (DSM-5, 2014, p. 71)

Correia (2017a) menciona a “condição vitalícia” das dificuldades de aprendizagem específicas e destaca que mesmo que muitas pessoas acreditem que através de intervenções pedagógicas eficientes ou da chegada à idade adulta as dificuldades desapareçam, “[...] o facto é que, por terem uma origem neurológica, não desaparecem com a idade” Correia (2017a, p. 21).

O manual menciona ainda, algo que considero de suma importância para a discussão proposta neste trabalho, que são as consequências funcionais do

transtorno específico da aprendizagem, sendo “baixo desempenho acadêmico, taxas mais altas de evasão do ensino médio, menores taxas de educação superior, níveis altos de sofrimento psicológico e pior saúde mental geral [...]” DSM-5 (2014, p. 73) Neste sentido, Correia (2017a) também menciona que as dificuldades de aprendizagem específicas podem interferir no comportamento socioemocional do indivíduo.

Para finalizar, essa breve revisão teórica sobre os transtornos específicos da aprendizagem, os referenciais ressaltam a importância de um apoio pedagógico de qualidade que possa amenizar as necessidades educacionais dos alunos com este tipo de transtorno. (DSM-5, 2014; CORREIA, 2008a; 2017a).

2.2 LEGISLAÇÃO ATUAL ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AOS ALUNOS COM TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DA APRENDIZAGEM.

Neste tópico, faço uma breve revisão da legislação brasileira acerca da educação especial no que se refere ao atendimento educacional especializado e os alunos com transtornos específicos da aprendizagem. Início mencionando a Constituição Federal (BRASIL, 1988, s.n) que expressa o direito de todo o cidadão brasileiro de ter “Igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, assim como “garantia de padrão de qualidade”.

Visando esta garantia de padrão de qualidade, consta na Constituição Federal (BRASIL, 1988) no artigo 208, Inciso III, como dever do Estado com a educação a garantia de “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Assim, é possível perceber que os alunos com transtornos específicos da aprendizagem não são mencionados como público do atendimento educacional especializado, sendo voltado especialmente aos “portadores de deficiência”, como na época era referido as pessoas com deficiência.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) no artigo 58, considera a educação especial como a modalidade de educação escolar, oferecida para “portadores de necessidades especiais”, não havendo uma definição conceitual sobre o termo “necessidades especiais”, nem

sendo mencionado as condições de dificuldades, problemas ou transtornos específicos da aprendizagem como área de atendimento da educação especial.

No entanto, as pessoas com transtornos específicos da aprendizagem foram considerados alunos com necessidades educacionais especiais no documento das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001, p.1) que apresentou como proposta da educação especial “[...] promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica”. No artigo 5º desta resolução, define dentre os alunos que são considerados com necessidades educacionais especiais, sendo aqueles que durante o processo educacional apresentem:

I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências (BRASIL, 2001, p.2).

Nesta percepção, os transtornos específicos da aprendizagem podem ser contemplados pelo grupo “A”, por apresentarem dificuldades não vinculados a uma causa orgânica específica. Esta resolução, prevê ainda, flexibilização e adaptações curriculares, como consta no artigo 8º, sobre a organização das classes comuns das escolas da rede regular de ensino, que diz o seguinte:

III- flexibilização e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais [...] (BRASIL, 2001, p. 71)

Percebe-se que esta resolução considera os transtornos específicos da aprendizagem como possíveis alunos para o atendimento educacional especializado, mencionando uma série de flexibilizações a serem realizadas em sala regular, para favorecer o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

No que se refere à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) é mencionada uma atuação da educação especial de forma articulada com o ensino comum, prestando orientação aos

professores sobre as necessidades educacionais dos alunos público-alvo da educação especial, definido por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e também orientação sobre as necessidades de alunos com transtornos funcionais específicos, como dislexia, discalculia, que são, segundo o DSM-5 (2014) transtornos específicos da aprendizagem.

Sobre o atendimento educacional especializado, de acordo com o artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que Instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, tem-se a seguinte definição: “[...] tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009, p.1). Entretanto, os alunos com transtornos específicos da aprendizagem não são contemplados por este serviço, pois segundo o Decreto nº 7.611 de 2011, o atendimento educacional especializado deve “[...] atender as necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial [...]” (2011, s.n), ou seja, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Deste modo, alunos com transtornos específicos da aprendizagem não são público-alvo da educação especial e por isso, não são contemplados pelo atendimento educacional especializado em sala de recursos.

No entanto, existem no Brasil alguns projetos de lei voltados aos alunos com problemas, dificuldades, distúrbios ou transtornos de aprendizagem, não se especificando uma única nomenclatura para este fim. Panta (2017) menciona dois projetos de lei que podem contemplar os transtornos específicos da aprendizagem, sendo: o Projeto de Lei Nº 7081 de 2010 e o Projeto de Lei Nº 909 de 2011.

O Projeto de Lei Nº 7081 de 2010, dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica, e propõe em seu artigo 1º que o Poder Público deve manter programa de diagnóstico e tratamento as pessoas com este tipo de transtorno. No artigo 2º especifica-se que este diagnóstico e tratamento devam ocorrer através de uma equipe multidisciplinar composta por educadores, psicólogos, médicos, psicopedagogos e fonoaudiólogos, entre outros profissionais. Atualmente, o referido projeto passa por trâmites de adequação orçamentária e financeira, aguardando o

parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)². Especificamente a escola, o projeto determina que deve-se garantir “acesso aos recursos didáticos adequados ao desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2010, s/n). Determina ainda, a garantia de cursos sobre a dislexia e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) para os professores da educação básica, de forma que facilite o trabalho da equipe multidisciplinar na escola.

Sobre o Projeto de Lei Nº 909 de 2011, este estabelece preceitos para o aperfeiçoamento da política educacional brasileira dos sistemas públicos de ensino, para a permanência e o sucesso escolar de alunos com distúrbios, transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem.

Art. 1º O Poder Público, para aperfeiçoar a política educacional brasileira dos sistemas públicos de ensino, especialmente quanto às ações de sustentabilidade para o processo de inclusão educacional da Educação Especial e da Educação Básica, conferirá a necessária atenção aos seguintes aspectos:

– planejamento necessário para o favorecimento do desenvolvimento e aprendizagem do aluno, levando-se em conta as mobilizações indispensáveis ao atendimento das necessidades educacionais especiais de cada um, voltadas para a permanência e o sucesso escolar daqueles alunos com distúrbios, transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem. (BRASIL, 2011, s/n)

Além disso, o decreto menciona formação continuada para professores sobre a temática; combate à exclusão e estigmatização; desenvolvimento de processos diagnósticos múltiplos e ampliação do atendimento educacional especializado de modo a contemplar alunos com distúrbios, transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem. Este projeto recebeu parecer para adequação financeira e orçamentária no ano de 2014 e em 2015 foi arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.³

Pode-se perceber, através desta breve revisão sobre a legislação brasileira acerca da educação especial no que se refere ao atendimento educacional

² Informação extraída do site da Câmara dos Deputados:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=472404>>

³ Informação extraída do site da Câmara dos Deputados:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=497184>>

especializado e os alunos com transtornos específicos da aprendizagem, que as mudanças no público-alvo da educação especial e atendimento educacional especializado afetam diretamente a organização escolar para o atendimento aos transtornos específicos da aprendizagem, que inicialmente não eram público-alvo da educação especial, posteriormente passaram a ser, e atualmente voltaram a ser excluídos da educação especial e do atendimento educacional especializado, mas são mencionados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) como público do trabalho articulado entre educação especial e ensino regular.

Deste modo, a organização para o atendimento educacional a esses alunos tornou-se confusa, visto que apenas o trabalho articulado em sala de aula entre o professor do ensino regular e da educação especial pode não ser suficiente para contemplar as especificidades dos alunos com transtornos específicos da aprendizagem: e, não é estabelecido em lei, qual apoio especializado estes alunos devem receber, nem qual profissional é responsável por este apoio, deixando dúvidas quanto ao atendimento, e consequentemente, os deixando desamparados no ambiente escolar, do ponto de vista legal, ou seja, é garantido o acesso, mas não os recursos humanos e didáticos de suporte a aprendizagem.

No entanto, percebe-se através da análise dos projetos-lei mencionados que, como afirma Panta (2017, p.30), “há um planejamento do poder público em atender os alunos com problemas de aprendizagem na escola”, existem propostas de formação continuada para professores do ensino regular, proposta de ampliação do atendimento educacional especializado para contemplar os transtornos, distúrbios ou problemas de aprendizagem, além da proposta de programa de diagnóstico e atendimento a dislexia. Desta forma, espera-se que as propostas mencionadas, se tornem uma realidade educacional para que de fato a escola inclusiva atenda a todos os alunos com necessidades educacionais especiais.

3 METODOLOGIA

3.1 METODOLOGIA ADOTADA

Para dar início ao estudo proposto foi necessário realizar uma busca acerca das metodologias de pesquisa para que fosse possível encontrar a que melhor se adequasse aos objetivos propostos. Dentre as definições encontradas sobre pesquisa, destaca-se o que afirma Gil (2002, p.17):

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

No caso deste estudo, buscou-se através da pesquisa o conhecimento sobre os motivos para os professores de educação especial incluírem ou excluírem os alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado. E também, compreender se para além da legislação que não considera estes alunos público-alvo da educação especial e conseqüentemente do atendimento educacional especializado, há outras razões para o não atendimento dos alunos com transtornos específicos da aprendizagem, bem como, buscar o conhecimento da percepção dos professores de educação especial sobre o apoio que consideram necessário para estes alunos no ambiente escolar.

Assim sendo, a pesquisa qualitativa foi definida como a metodologia mais adequada para o estudo proposto, pois para Bogdan e Biklen (1994, p.49) esta perspectiva “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. O objeto de estudo neste trabalho se refere, portanto, aos transtornos específicos da aprendizagem no contexto do atendimento educacional especializado.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Bogdan e Biklen (1994, p.50) ressaltam que “não se trata de montar um quebra-cabeças cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes.” Ou seja, não se procura confirmar hipóteses

preestabelecidas, mas conhecer e analisar respostas para determinado problema. Neste sentido, com o intuito de responder da melhor forma possível as questões de investigação e os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de campo, que segundo Lakatos e Marconi (2003, p.186), “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los.”

Para a coleta de dados considerei a entrevista semiestruturada como ferramenta mais adequada para obter as informações necessárias. Para Gil (1995, p.113) a entrevista é, “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.”

Em relação aos tipos de entrevistas e a formulação das questões, Neto (2002) considera dois tipos, sendo a estruturada ou a não estruturada. A primeira trata-se de questionários com perguntas preestabelecidas, e a segunda de um diálogo aberto sobre determinado tema. No entanto há formas que sistematizam estes dois estilos, sendo as entrevistas semiestruturadas.

No caso deste estudo, o tipo de entrevista adotado foi a semiestruturada, pois as perguntas foram elaboradas previamente, mas não se caracterizou como um roteiro rígido, pois os participantes puderam versar livremente sobre questões que surgiram no momento da entrevista.

As entrevistas apresentaram um roteiro com dez perguntas, sendo realizadas de forma individual com cada participante e gravadas para posteriormente serem transcritas, analisadas e discutidas. A coleta de dados ocorreu no segundo semestre do ano de 2017.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO DA INVESTIGAÇÃO

Visando conhecer as experiências de professores de educação especial atuantes em diferentes realidades, optou-se por contatar escolas de diferentes regiões do município de Santa Maria-RS, das redes municipal e estadual de ensino. Para isso, a ideia inicial foi contatar professoras de duas escolas localizadas em bairros centrais, duas escolas localizadas em bairros periféricos e duas escolas de comunidades do interior do município, totalizando seis escolas e seis professoras para a realização do estudo. No entanto, devido à greve das escolas da rede

estadual de ensino, este critério de seleção precisou ser alterado, visto que a maioria das escolas centrais pertence à rede estadual e aderiram à greve. Deste modo, o estudo foi realizado com duas escolas de comunidades do interior, independentemente da rede de ensino, duas escolas da rede municipal, e duas escolas da rede estadual que não se encontravam em greve, independentemente da sua localização dentro da área urbana da cidade.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Sobre as participantes deste estudo, para manter o sigilo e o anonimato, elas foram identificadas por letras, sendo as seguintes: A, B, C, D, E e F. Para a contextualização das participantes, seguirei a ordem da realização das entrevistas, conforme a seguir apresentado.

A primeira participante, identificada por Professora A, tem trinta e oito anos de idade, é graduada no Curso de Licenciatura em Educação Especial com habilitação em Deficientes Mentais, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desde o ano de 2006. Posteriormente, em 2008, concluiu o Curso de Especialização em Educação Inclusiva pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e o Curso de Mestrado em Educação pela UFSM em 2015. Atualmente é doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, também pela UFSM.

A Professora A tem entre dez a quinze anos de atuação na área da Educação Especial; atuou como professora de classe especial na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), localizada no município de Faxinal do Soturno-RS, também foi professora de educação especial da rede estadual de ensino no mesmo município. Atualmente, atua como professora de educação especial na rede estadual de ensino no município de Santa Maria.

Sobre a escola a qual a Professora A respondeu a entrevista, esta pertence à rede estadual de ensino e está localizada em um distrito rural do município de Santa Maria, caracterizando-se como uma escola do campo, que atende, aproximadamente, cento e cinquenta alunos e dispõe de dezesseis professores no seu quadro docente. Segundo a Professora A, a escola possui sala de recursos desde o ano de 2013 e atualmente atende onze alunos, sendo que destes, cinco

alunos apresentam algum tipo de transtorno ou dificuldade de aprendizagem, não se caracterizando como público-alvo do atendimento educacional especializado.

A segunda participante deste estudo, identificada por Professora B, tem trinta e um anos de idade, é graduada em Educação Especial-Licenciatura Plena pela UFSM desde o ano de 2008. Posteriormente, em 2011, concluiu o Curso de Especialização em Educação Ambiental, e em 2012, o Curso de Mestrado em Educação, ambos pela UFSM. Atualmente é aluna do Curso de Psicopedagogia no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA).

A Professora B tem entre um a cinco anos de atuação na área da Educação Especial; atuou na APAE localizada no município de Santa Maria, foi professora de educação especial na rede municipal dos municípios de Santa Maria, Vila Nova do Sul e Silveira Martins, e em uma escola da rede privada, também no município de Santa Maria. Atualmente atua como professora de educação especial da rede municipal de Santa Maria.

Sobre a escola a qual a Professora B respondeu a entrevista, está localizada em um bairro da periferia do município de Santa Maria e pertence à rede municipal de ensino. A escola atende aproximadamente duzentos e dezenove alunos e possui vinte professores em seu quadro docente. Segundo a Professora B, a escola possui sala de recursos desde o ano de 1998 e atualmente atende oito alunos, destes, dois estão em avaliação neuropediátrica e um apresenta dificuldade de aprendizagem, não se caracterizando como público-alvo do atendimento educacional especializado.

A terceira participante desta pesquisa, identificada por Professora C, tem cinquenta e nove anos de idade, é formada em Educação Especial com habilitação em Deficientes Mentais, pela UFSM desde 1990. Posteriormente, em 1993, concluiu a Especialização em Educação Especial pela mesma instituição. Atualmente participa de cursos de formação continuada sobre Educação Inclusiva, oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) do município de Santa Maria.

A Professora C tem entre vinte a trinta anos de atuação na área da Educação Especial, atuou na APAE localizada em Santa Maria, na Associação Colibri do mesmo município e, atualmente atua em duas escolas da rede municipal também do município de Santa Maria.

Sobre a escola qual a Professora C respondeu a entrevista, está localizada em um bairro da periferia do município de Santa Maria e pertence a rede municipal

de ensino. A escola atende aproximadamente quatrocentos alunos e Segundo a Professora C, possui sala de recursos há aproximadamente vinte anos.

A quarta participante desta pesquisa, identificada por Professora D, tem trinta e nove anos de idade, é formada em Licenciatura em Educação Especial pela UFSM desde 2001. Posteriormente, em 2002, concluiu o Curso de Especialização em Psicopedagogia pela UNIFRA e, em 2014 o Curso de Mestrado em Educação pela UFSM. Atualmente participa de cursos e seminários na área da Educação Especial ofertados pela SMED e Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

A Professora D tem entre quinze a vinte anos de atuação na área da Educação Especial, atuou como professora de educação especial na rede municipal dos municípios de Agudo e Dilermando de Aguiar e, atualmente atua como professora de educação especial na rede municipal e estadual do município de Santa Maria.

Sobre a escola a qual a Professora D respondeu a entrevista, esta pertence a rede estadual de ensino e está localizada em um distrito rural do município, caracterizando-se como uma escola do campo, que atende atualmente cento e cinquenta e cinco alunos e possui dezessete professores em seu quadro docente. Segundo a Professora D, a escola possui sala de recursos desde o ano de 2012 e atualmente atende nove alunos, destes, um possui diagnóstico de dislexia e outros três apresentam algum transtorno ou dificuldade de aprendizagem não diagnosticada, não se caracterizando como público-alvo do atendimento educacional especializado.

A quinta participante da pesquisa foi identificada por Professora E, tem trinta e dois anos de idade, é formada em Educação Especial com habilitação em Deficientes Mentais pela UFSM desde 2007. Posteriormente, em 2010, concluiu o Curso de Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Gama Filho (UGF). Atualmente participa de cursos de formação continuada oferecidos pela rede.

A Professora E tem entre cinco a dez anos de atuação na área da Educação Especial e atua na rede municipal de ensino do município de Santa Maria.

Sobre a escola a qual a Professora E respondeu a entrevista, está localizada em um bairro periférico do município, pertence a rede municipal de ensino e atende atualmente quinhentos e vinte alunos. Segundo a Professora E, a escola possui sala de recursos há cinco anos e, atualmente, atende treze alunos, destes, cinco

apresentam algum transtorno ou dificuldade de aprendizagem não diagnosticada, não se caracterizando como público-alvo do atendimento educacional especializado.

Por fim, a sexta e última participante da presente pesquisa, foi identificada por Professora F, tem quarenta e sete anos de idade, é formada em Educação Especial com habilitação em Deficientes Mentais pela UFSM desde 1996. Posteriormente, em 1998 concluiu o Curso de Especialização em Informática da Educação pela UNIFRA, em 2000, o Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Curso de Mestrado em Educação pela UFSM.

A Professora F tem entre quinze a vinte anos de atuação na área da Educação Especial e atua na rede municipal e estadual de ensino no município de Santa Maria.⁴

⁴ Não foi possível o acesso aos dados em que a Professora F atua, devido à adesão à greve do magistério público estadual, impossibilitando desta forma uma caracterização da escola.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresento a análise e discussão dos dados coletados a partir das entrevistas, e com base em referenciais teóricos realizo uma discussão tendo em consideração os tópicos que nortearam o roteiro da entrevista.

Conforme mencionado anteriormente, a entrevista se caracterizou como semiestruturada, pois as dez perguntas foram elaboradas previamente, mas não se estabeleceu um roteiro rígido, permitindo assim que as participantes versassem livremente sobre as questões que surgissem no momento da entrevista. Deste modo, apresento a seguir os tópicos que nortearam o roteiro da entrevista, tendo como referência as questões feitas às participantes, conjuntamente com a análise e a discussão dos dados coletados.

Primeiro tópico: Formação inicial e os transtornos específicos da aprendizagem

Este tópico abordou a formação inicial e a contemplação da área dos transtornos específicos da aprendizagem.

As professoras A e F responderam não ter tido conteúdos ou disciplinas voltados aos transtornos específicos da aprendizagem. Quando questionadas se sentiram falta de um amparo teórico para trabalhar com estes alunos, ambas afirmaram sentir falta.

As professoras C, D e E afirmaram ter conteúdos sobre esta temática durante a graduação, porém de forma superficial, não os considerando suficientes para realizar um trabalho satisfatório com alunos com transtornos específicos da aprendizagem. Já a Professora B, respondeu ter tido disciplinas e estágio supervisionado na área das Dificuldades de Aprendizagem, que abordaram os transtornos e considera os conhecimentos adquiridos básicos para realizar um trabalho satisfatório, porém, acredita que o professor deva buscar formações mais específicas na área, independentemente de ter havido tal formação.

Assim sendo, os dados demonstraram:

- duas participantes não tiveram na sua formação inicial conteúdos ou disciplinas voltados aos transtornos específicos da aprendizagem, sentindo falta de

um amparo teórico para trabalhar com estes alunos no contexto do atendimento educacional especializado, sendo o caso da Professora A. E, no caso da Professora F, na rede estadual não realiza atendimento com alunos que não são público-alvo da educação especial, diferentemente da outra rede de ensino a qual trabalha;

- três participantes tiveram na sua formação inicial conteúdos voltados aos transtornos específicos da aprendizagem de forma superficial, não os considerando suficientes para a realização de um trabalho eficiente com alunos com este transtorno;

- uma participante teve na sua formação inicial duas disciplinas e um estágio supervisionado na área que abordaram sobre os transtornos específicos da aprendizagem, porém considerou os conhecimentos adquiridos básicos e insuficientes para a realização de um trabalho eficaz com alunos com este transtorno.

Percebe-se a partir da análise deste tópico, o quanto a falta de disciplinas voltadas aos transtornos específicos da aprendizagem na formação inicial, interfere na atuação profissional das participantes deste estudo, visto que apenas uma delas mencionou ter mais de uma disciplina e também um estágio supervisionado na área das Dificuldades de Aprendizagem, considerando os conhecimentos adquiridos básicos para a realização de um trabalho eficaz com alunos com transtornos específicos da aprendizagem.

As demais participantes, que não tiveram disciplinas sobre esta área em suas graduações, ou tiveram conteúdos de forma superficial, chegaram à escola sem um amparo teórico significativo para trabalhar com estes alunos com transtornos específicos da aprendizagem, o que é um fator preocupante ao que se refere a qualidade do apoio oferecido a estes alunos, pois de acordo com Correia (2017b) é necessário que o professor, numa perspectiva inclusiva de escola, esteja preparado para prestar o apoio adequado a todos os alunos. Ou seja, pensar a escola numa perspectiva que exceda o público-alvo do atendimento educacional especializado previsto na legislação vigente.

Segundo tópico: formação continuada e os transtornos específicos da aprendizagem

Este tópico abordou sobre a formação continuada na área dos Transtornos Específicos da Aprendizagem.

As professoras B, D e E responderam ter buscado a formação no Curso de especialização em Psicopedagogia. Destas, as professoras D e E buscaram esta pós-graduação logo após a conclusão do curso de graduação e a Professora B concluirá o curso no próximo ano.

A Professora A respondeu participar de pequenos cursos e seminários que envolveram a temática, porém nenhum de carga horária ampliada, e destaca a carência de formação continuada nesta área pela rede estadual de ensino de Santa Maria.

As professoras C e F afirmaram não ter nenhum tipo de formação na área dos Transtornos Específicos da Aprendizagem. No entanto, na resposta da primeira questão da entrevista, a Professora F destaca que:

Quando eu terminei a graduação, inclusive eu pensei em fazer psicopedagogia, mas como a gente sabia né que a psicopedagogia... e eu estava pensando em campo, em emprego, optei por fazer Informática na Educação. Então não trabalhei a psicopedagogia, mas é algo que eu tenho ainda tenho desejo, não sei se ainda não vou contemplar esse meu desejo. (PROFESSORA F, 2017)

Ou seja, a Professora F buscou especializar-se em um campo considerado por ela, com mais possibilidades no mercado de trabalho, no entanto, mencionou que em sua atuação pedagógica sente falta da formação em Psicopedagogia.

Assim sendo, os dados demonstraram:

- três participantes buscaram a formação continuada no Curso de Especialização em Psicopedagogia, que contemplasse os transtornos específicos da aprendizagem;
- uma participante buscou a formação continuada em cursos e seminários de baixa carga horária que envolvia a temática dos transtornos específicos da aprendizagem;
- duas participantes não possuem nenhum tipo de formação específica para esta área.

Pode-se perceber a partir da análise deste tópico, que quatro das seis participantes deste estudo buscaram algum tipo de formação continuada que

pudesse proporcioná-las o amparo teórico sobre os transtornos específicos da aprendizagem que não lhes foi oferecido na formação inicial.

Sobre esta necessidade de aprimoramento da formação, Pérez Gómes, (1992, p. 373) destaca que “[...] o docente enfrenta necessariamente a tarefa de gerar novo conhecimento para interpretar e compreender a específica situação em que se move”. Ou seja, nesta perspectiva, a formação continuada envolve além de o trabalho complementar ou suplementar à formação inicial, envolve a busca do professor por novos conhecimentos e a reflexão sobre a prática docente na realidade em que se encontra.

Percebe-se também neste tópico, que uma das professoras que não tem formação continuada na área dos transtornos específicos da aprendizagem, demonstrou interesse pelo Curso de Especialização Psicopedagogia, porém, optou por especializar-se em outra área, visando maiores oportunidades no mercado de trabalho, fato que demonstra como aspectos sociais e econômicos interferem direta ou indiretamente nas escolhas de um profissional em contínua formação.

Terceiro Tópico: conceito(s) de transtornos específicos da aprendizagem

Este tópico aborda os conceitos apresentados pelas participantes sobre os transtornos específicos da aprendizagem.

A Professora A afirmou não ter um conceito definido sobre os transtornos, ao dizer que:

Não tenho um conceito fechado sobre os transtornos. Não tive disciplinas na minha graduação que abordassem a questão dessas dificuldades. O que sei, foi construído através de pesquisas pessoais oriundas da necessidade prática vivenciada em meu trabalho. (PROFESSORA A, 2017)

No entanto, a professora os exemplificou citando a dislexia e a discalculia, o que denota algum conhecimento sobre o assunto. As professoras B e F destacaram a diferença entre transtornos e dificuldades de aprendizagem. A Professora B destacou que as dificuldades podem ser transitórias, ocasionadas por fatores emocionais, dinâmica dos professores em sala de aula, entre outros fatores e que os transtornos são de ordem orgânica. A Professora F, incluiu os fatores sociais como

causa dos transtornos e destacou também a transitoriedade das dificuldades ao dizer que:

um disléxico vai melhorar, mas sempre vai ser um disléxico, para toda vida. Já as dificuldades de aprendizagem não, o que a gente sabe é que as dificuldades de aprendizagem, tu realizas as intervenções, e esse aluno vai passando a não precisar mais... (PROFESSORA F, 2017)

As professoras C e E referiram-se aos transtornos específicos da aprendizagem como dificuldades que prejudicam a aprendizagem e desenvolvimento do aluno. Já a Professora D, mencionou o conceito de dificuldades primárias e secundárias de aprendizagem definidos por Sônia Moojen e citou a dislexia e a discalculia como exemplos de transtornos.

Assim sendo, os dados apontaram o seguinte:

- uma participante afirmou não ter um conceito definido sobre os transtornos específicos da aprendizagem, mas citou a dislexia e a discalculia como exemplos;
- duas participantes mencionaram a diferença entre transtornos e dificuldades de aprendizagem, destacando a transitoriedade das dificuldades e a condição vitalícia dos transtornos específicos da aprendizagem;
- duas participantes consideraram os transtornos específicos da aprendizagem como dificuldades que prejudicam a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno;
- uma participante mencionou o conceito de dificuldades primárias e secundárias de aprendizagem definido por Sônia Moojen e citou a dislexia e a discalculia como exemplos de transtornos específicos da aprendizagem.

Pode-se perceber, a partir da análise deste tópico, que não existe definido um conceito em comum entre todas as participantes, pois mesmo que a definição de transtornos específicos da aprendizagem de algumas tenha se aproximado, obteve-se quatro respostas diferentes. Dentre estas, o conceito da autora Moojen mencionado pela professora D., que define duas categorias de dificuldades de aprendizagem, sendo as dificuldades naturais e as dificuldades secundárias, definidas a seguir:

As primeiras referem-se àquelas dificuldades experimentadas por todos os indivíduos em alguma matéria e/ou em algum momento de sua vida escolar. Os fatores causadores dessas dificuldades estão relacionados a aspectos evolutivos ou são decorrentes de problemas na proposta pedagógica, de

padrões de exigência da escola, de falta de assiduidade do aluno e de conflitos familiares eventuais. São em geral, dificuldades naturais, evolutivas e, portanto, que tendem a desaparecer a partir de um esforço maior do aluno ou da ajuda de professor particular. Entre as dificuldades secundárias a outros quadros diagnósticos, estão os problemas na aprendizagem escolar, decorrentes de transtornos que atuam primeiramente sobre o desenvolvimento humano normal e secundariamente sobre as aprendizagens específicas. Nessa subcategoria, estão incluídos os portadores de deficiência mental, sensorial, e aqueles com quadros neurológicos mais graves ou com transtornos emocionais significativos (MOOJEN, 2016, p. 86)

Além desta definição de dificuldade de aprendizagem, duas participantes mencionaram a condição vitalícia como característica dos transtornos específicos da aprendizagem. Esta percepção vem ao encontro do que foi destacado no referencial teórico sobre a origem neurobiológica dos transtornos devido a uma disfunção no sistema nervoso central que interfere na capacidade do cérebro para perceber ou processar informações com eficiência e exatidão, ocasionando dificuldades de aprendizagem de ordem permanente e não transitória (CORREIA, 2017a; DSM-5, 2014).

Diante do exposto, pode-se perceber que mesmo não existindo um conceito em comum entre todas as participantes sobre os transtornos específicos da aprendizagem, as professoras percebem que há uma diferenciação entre transtornos e dificuldades de aprendizagem.

Quarto tópico: atuação profissional com alunos com transtornos específicos da aprendizagem

Este tópico aborda a primeira experiência profissional das participantes com alunos com transtornos específicos da aprendizagem.

As professoras A, D e E relataram ter a primeira experiência profissional nas escolas em que atuaram no início da carreira, sendo as professoras A e D com alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem, porém, não tinham diagnóstico definido: e a Professora E, com um aluno com dislexia.

As professoras C e F relataram ter experiência após alguns anos de atuação profissional, pois a Professora F atendeu um aluno com dislexia, aproximadamente, cinco anos após começar a trabalhar na escola municipal, e a Professora C atendeu alunos com dificuldades de aprendizagem desde que começou a trabalhar no ensino

regular, visto que inicialmente a sua experiência profissional ocorreu em instituições especializadas de educação especial.

A Professora B respondeu ter a primeira experiência profissional com alunos com transtorno específico da aprendizagem ainda na graduação, durante o Estágio Supervisionado em Dificuldades de Aprendizagem.

Assim sendo, os dados apontaram o seguinte:

- três participantes tiveram a primeira experiência profissional com alunos com transtorno específico da aprendizagem ou suspeita de transtorno específico da aprendizagem, na primeira escola em que trabalharam, logo após concluírem o curso de graduação;

- duas participantes tiveram esta experiência após alguns anos de atuação profissional ;

- uma participante teve a primeira experiência profissional com alunos com transtorno específico da aprendizagem ainda na graduação, durante o Estágio Supervisionado em Dificuldades de Aprendizagem.

Pode-se perceber neste tópico, que fatores como locais de atuação e currículo do curso de graduação levaram as participantes a diferentes experiências profissionais com alunos com transtornos específicos da aprendizagem. Enquanto uma delas teve a primeira experiência ainda durante um estágio supervisionado na graduação, outras tiveram o primeiro contato profissional com estes alunos ao iniciarem a atuação na escola, ou ainda, anos depois de graduadas, por não terem alunos encaminhados ou por trabalharem inicialmente em instituições de educação especial, onde geralmente não são atendidos alunos com transtornos específicos da aprendizagem.

Outro aspecto a ser considerado é a política acerca da educação especial, que de 2001 a 2008 deixava margem para a inclusão de alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado, por se caracterizarem como alunos com necessidades educacionais especiais, sendo alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem “não vinculadas a uma causa orgânica específica” (BRASIL, 2001, p. 70). Aspecto este, que pode ter influenciado no encaminhamento ou não de alunos com transtornos específicos da aprendizagem para as professoras de educação especial.

Quinto tópico: os transtornos específicos da aprendizagem e o público-alvo da educação especial

Este tópico aborda a percepção das participantes sobre o aluno com transtorno específico da aprendizagem não ser público-alvo da educação especial.

Sobre este assunto, a Professora A e a Professora D, afirmaram o seguinte:

Acredito que alunos com transtornos de aprendizagem se configuram com outro perfil, muito diferente do público alvo do AEE. Enquanto o primeiro pode se configurar como de percurso por exemplo, o segundo acompanha o aluno para sempre, embora ambos necessitem de mediação para que as dificuldades possam ser minimizadas. Ao meu ver são alunos com especificidades muito diferentes. (PROFESSORA A, 2017)

[...] porque pensando que a educação especial vai trabalhar com as deficiências, o aluno com transtorno específico de aprendizagem, ele não é um aluno com deficiência. Então ele não tem que ser atendido pela educação especial. (PROFESSORA D, 2017)

A Professora A também afirmou acreditar que deveria ter outro profissional no ambiente escolar para realizar um trabalho com estes alunos; a Professora D destacou que concorda que estes alunos não sejam atendidos pela educação especial, desde que seja legalmente público-alvo de outra área como a psicopedagogia e que o profissional desta outra área esteja presente nas escolas públicas.

As professoras B e C, mencionaram o fator social e financeiro que impede que muitos alunos tenham acesso a outro tipo de atendimento além da educação especial na escola ao considerarem:

É uma pena que principalmente nas escolas públicas, onde os alunos geralmente são de baixa renda e não tem acesso a muitos atendimentos que são pagos... é uma pena que essas crianças não sejam público-alvo da educação especial, porque elas ficam sem nenhum atendimento mesmo. (PROFESSORA B, 2017)

Eu considero um grande problema. Porque cada turma tem em média 2 ou 3 alunos que apresentam alguma dificuldade e, considerando os meus anos de atuação, até hoje nós não temos outro profissional que realize este atendimento. Quando é oferecido, é oferecido em lugares centrais da cidade, por ser escola municipal, nós trabalhamos na periferia, e a maioria não tem condições... de transporte para chegar até esse lugar. São alunos que não recebem atendimento específico a não ser com a educadora especial. (PROFESSORA C, 2017)

A Professora B acrescentou que os alunos com transtorno específico da aprendizagem poderiam ser público-alvo da educação especial, mas não descartou a necessidade de terem um acompanhamento psicopedagógico e a Professora C considerou um problema o fato de precisar atender os alunos com transtorno específico da aprendizagem, mas não poder divulgar o trabalho nem mencionar este atendimento em documentos legais para não se comprometer, por se tratar de um atendimento irregular devido a rede de ensino a qual trabalha seguir a risca o público-alvo para o atendimento educacional especializado.

A Professora E, respondeu que os alunos com transtornos específicos da aprendizagem não são público-alvo da educação especial, mas em várias escolas são encaminhados para os professores de educação especial. A professora afirma ainda “Não concordo que o educador especial tenha que atender alunos com transtorno, já que não conseguimos dar conta do nosso público-alvo nas 20h na escola.” (PROFESSORA E, 2017)

Por fim, a Professora F mencionou o fato dos transtornos específicos da aprendizagem não serem público-alvo da educação especial como uma delimitação que favorece os professores de educação especial no que se refere à sobrecarga de alunos para o atendimento educacional especializado.

[...] eu acho que essa delimitação de público-alvo, eles não serem, nos favorece. Não que eu ache que eles não devam ser atendidos e não devem ter um amparo, mas acho que de certa forma, delimita... porque muitas vezes tu fica atendendo transtorno, aí já vai para a dificuldade... aí os nossos AEEs ficam com uma sobrecarga e tu não dá conta de nenhum deles. (PROFESSORA F, 2017)

A professora firmou também que estes alunos precisam de um atendimento educacional no contexto escolar, mas que não sendo público-alvo da educação especial, poderiam ser contemplados por outra política e serem atendidos por outros profissionais, ou até mesmo pelos professores de educação especial, mas de forma legalizada.

Assim sendo, os dados apontaram o seguinte:

- duas participantes consideraram os alunos com transtorno específico da aprendizagem com um perfil diferente do público-alvo da educação especial. A Professora A considerou necessário outro profissional atuante na escola para atender estes alunos, sem mencionar a área específica deste profissional, e a

Professora D concordou que estes alunos não sejam atendidos pela educação especial, desde que sejam legalmente público-alvo de outra área, como a psicopedagogia, e que o profissional desta área esteja presente nas escolas públicas; Numa perspectiva semelhante, uma terceira participante considerou que os alunos com transtornos específicos da aprendizagem precisam de um atendimento no contexto escolar, mas que poderiam ser contemplados por outra política e serem atendidos por outros profissionais, ou até mesmo pelos professores de educação especial, mas de forma legalizada;

- duas participantes mencionaram o fator financeiro e social como um aspecto negativo destes alunos não serem público-alvo da educação especial, pois impedem que muitos alunos tenham acesso a outro atendimento que não seja o atendimento educacional especializado na escola;

- uma participante não concordou que o professor de educação especial tenha que atender alunos com transtorno específico da aprendizagem, já que não conseguem muitas vezes, atender o público-alvo da educação especial para o atendimento educacional especializado nas 20h de trabalho na escola.

Pode-se perceber a partir da análise deste tópico, que as respostas das participantes expressaram um pouco da realidade profissional de cada uma delas. Porém, percebe-se algo em comum nestas respostas, pois seja pela carga horária reduzida de trabalho na escola, pela sobrecarga nos atendimentos ou por perceberem que os alunos com transtornos específicos da aprendizagem não estão recebendo nenhum tipo de apoio pedagógico no ambiente escolar, explícita ou implicitamente na resposta de cada uma, percebe-se que todas consideram um conflito em sua atuação profissional a não inclusão dos transtornos específicos da aprendizagem no público-alvo da educação especial e, conseqüentemente, do atendimento educacional especializado.

Sobre este conflito acerca do público-alvo da educação especial, destaca-se que na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) é mencionada a possibilidade de uma articulação entre a educação especial com o ensino comum, que de forma prática seria o professor de educação especial prestando orientação aos professores das classes comuns sobre as necessidades educacionais dos alunos com transtornos funcionais específicos, como dislexia, discalculia, que são, segundo o DSM-5 (2014) transtornos específicos

da aprendizagem. No entanto, a política limita o atendimento educacional especializado ao público-alvo da educação especial, definido por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Esta exclusão dos transtornos específicos da aprendizagem do atendimento educacional especializado, na concepção de Rodrigues (2011 apud TONINI; MARTINS; COSTAS, 2011, p. 20) vai de encontro a proposta da escola inclusiva, ao considerar que:

A demanda da escola é bem mais ampla do que unicamente o trabalho com alunos em condições de deficiência, pois os princípios da escola inclusiva solicitam apoios para todos os alunos com dificuldades significativas no seu processo de aprendizagem. E, nesse sentido, os documentos normativos à área da Educação Especial numa perspectiva inclusiva precisarão necessariamente contemplar as DAE, prevendo-as como particularidades do funcionamento de muitos dos alunos com NEE que se encontram na escola comum, bem como na formação dos seus profissionais para que possam prestar um atendimento pedagógico atinente e preciso a esses indivíduos.

Neste sentido, considera-se que as políticas que norteiam a área da Educação, para se caracterizarem de fato como inclusivas, precisam contemplar a todos os alunos com dificuldades significativas no seu processo de aprendizagem, não limitando o atendimento educacional especializado apenas para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Sexto tópico: alunos com transtornos específicos da aprendizagem e o atendimento educacional especializado

Este tópico aborda a inclusão ou não dos alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado.

As professoras A, B, C, D e E afirmaram incluir os alunos com transtornos em seus atendimentos, com a justificativa em comum da necessidade de atendimento e a falta de outro profissional no ambiente escolar que possa atendê-los. No entanto, A, B, C e E apresentaram comentários diferentes sobre a questão: a Professora A, destacou que:

Sim. Claro que a prioridade de meus atendimentos é o público-alvo, mas atendo os alunos com transtorno, já que estes alunos ficam, na maioria das vezes, desassistidos na escola. Geralmente atendo em grupos, até para otimizar esses atendimentos, mas o planejamento é individual e acontece semanalmente. (PROFESSORA A, 2017)

A professora B, destacou que:

Sempre que dá, sim. Agora mesmo eu estava atendendo uma menina que está em avaliação neuropediátrica. Ainda não tem um diagnóstico, mas frente a todas as demandas delas em sala de aula, pelo o que eu conversei com a professora, ela tem um transtorno sim. Está em avaliação. Deficiência ela não tem, para se caracterizar como público-alvo da educação especial né... então é uma pena, porque eu tenho 20h aqui na escola e nem sempre tenho condições de atender... eu sei que tem mais alunos aqui na escola...

ela eu já coloquei o horário certinho, duas vezes na semana, por 45min eu atendo ela, porque é o tempo que tem. E se tivesse mais horários vagos eu atenderia com certeza os outros. (PROFESSORA B, 2017)

A Professora C, destacou:

[...] nós temos que pensar também na questão social disso ... geralmente o aluno com dificuldade, ele consegue ter uma percepção da sua situação, da sua dificuldade... tem uma clareza disso... e a maioria deles acaba optando por compensar essa dificuldade com indisciplina, ou evasão da escola... ou a total apatia... as três situações são bem agravantes. [...] geralmente eu atendo individualmente. Procuro ver em que nível ele se encontra, qual as dificuldades... e como são atendimentos de poucas vezes por semana, no máximo duas vezes. (PROFESSORA C, 2017)

A Professora D, destacou:

Bom, eu vou te dar a minha realidade de escola do campo. Onde os alunos vão de transporte para a escola, então não vou te mentir. Então o atendimento deles é em grupo, e eles vão de manhã de transporte, as 8h e passam a manhã inteira comigo. Porque não tem como voltar para casa. Não tem transporte para ir embora. Eles vão uma vez na semana. Este aluno vai especificamente com outros dois, eles passam a manhã inteira e eu divido este atendimento em momentos. Eu vou ter momentos individuais com cada um, enquanto os outros dois estão fazendo outra atividade, estão usando o computador... aquele momento é individual. Então vou fazendo rodízios. Individual e atividades em grupo. Então, uma vez por semana, durante 4h.

A Professora E, destacou:

Muitas famílias não têm condições financeiras de pagar um atendimento psicopedagógico, assim, acabo atendendo esse público para não ficarem desassistidos. Eles são atendidos de forma individual ou em pequenos

grupos para que suas necessidades sejam contempladas. (PROFESSORA E, 2017)

Por fim, a professora F, respondeu que não inclui alunos com transtornos específicos da aprendizagem em seus atendimentos, com a justificativa desta ter sido uma decisão tomada entre as seis professoras de educação especial atuantes na escola, em razão do grande número de alunos público-alvo da educação especial atendidos pela escola, por esta ser considerada um polo da educação especial no município.

Assim sendo, os dados apontaram:

- cinco participantes afirmaram incluir os alunos com transtornos específicos da aprendizagem em seus atendimentos, com a justificativa em comum da necessidade de atendimento e a falta de outro profissional no ambiente escolar que possa atendê-los. Outros argumentos foram considerados, sendo: pelos alunos ficarem desassistidos na escola; por muitas famílias não terem condições financeiras de pagar um atendimento psicopedagógico; e pela preocupação com o próprio aluno que poderá apresentar comportamento de indisciplina, apatia ou até mesmo evadir-se da escola. A forma em que consideraram realizar o atendimento foi a seguinte: atendimentos em grupos (duas participantes); realizam atendimentos individuais (duas participantes); atendimentos individuais ou em grupos (uma participante).

- uma participante não inclui alunos com transtornos específicos da aprendizagem em seus atendimentos, sendo uma decisão tomada entre as seis professoras de educação especial da escola, em razão do número de alunos público-alvo da educação especial para o atendimento educacional especializado.

Pode-se perceber a partir da análise deste tópico, que cinco das seis participantes deste estudo, incluem alunos com transtornos específicos da aprendizagem em seus atendimentos em sala de recursos, mesmo estes não sendo atualmente público-alvo do atendimento educacional especializado. Pode-se perceber também, que a única participante que não inclui os alunos com transtornos em seus atendimentos, justifica-se pelo grande número de alunos público-alvo da educação especial presentes na escola, ou seja, não inclui por não ter tempo disponível para este atendimento.

Sobre os fatores sociais mencionados por duas participantes como fatores que as levam a atender alunos com transtornos específicos da aprendizagem,

destaca-se o que o DSM-5 (2014) menciona como consequências funcionais do transtorno específico da aprendizagem, como “baixo desempenho acadêmico, taxas mais altas de evasão do ensino médio, menores taxas de educação superior, níveis altos de sofrimento psicológico e pior saúde mental geral [...]” DSM-5 (2014, p. 73)

Sobre este assunto, Correia (2017a) também menciona que as dificuldades de aprendizagem específicas podem interferir no comportamento socioemocional do indivíduo. Ou seja, é possível perceber as consequências nos alunos com transtornos específicos da aprendizagem para além do aspecto pedagógico, o que reforça teoricamente as considerações feitas pelas participantes.

Sétimo tópico: os transtornos específicos da aprendizagem e o apoio pedagógico oferecido pela escola

Este tópico aborda o apoio pedagógico oferecido nas escolas para os alunos não contemplados pelo atendimento educacional especializado, neste caso, os transtornos específicos da aprendizagem.

A Professora A afirmou prestar atendimento a esses alunos sempre que possível. A professora B, afirmou buscar materiais informativos e sugestões de atividades para passar aos professores. A professora C, respondeu que a escola conta com o Projeto Mais Educação, no qual os alunos têm apoio de português e matemática e, afirmou também, que a escola realiza encaminhamentos para o PRAEM, mas mencionou que:

[...] alguns daqui frequentam, e da outra escola também, o atendimento com psicopedagoga, mas uma minoria... porque a lista de espera é muito grande, e porque alguns, geralmente o que mais precisa... não tem condições de ir...porque a mãe tem que levar, aí são quatro passagens . e muitas vezes existe essa carência muito grande... a maioria das pessoas não sabe dessa dificuldade de ir até lá.(PROFESSORA C, 2017)

A professora D, afirma que os alunos que não consegue atender, não recebem nenhum tipo de apoio pedagógico atualmente, mas destaca que a escola já teve uma professora de apoio da rede estadual:

Em 2013 existia no estado a professora de apoio. Esta professora passava na escola, no mesmo turno do currículo, do primeiro ao quinto ano, aí ela ia lá no primeiro ano, tirava da sala o aluno com dificuldade e realizava uma

atividade diferenciada, ou aplicava aquela mesma atividade que a professora estava aplicando mas separado. Os alunos cresceram muito naquele ano. Mas no ano seguinte, 2014, a gente já não teve mais esse recurso humano para fazer. Então hoje eles não têm nada. (PROFESSORA D, 2017)

A professora E respondeu que a escola não oferece nenhum tipo de apoio pedagógico e, por fim, a professora F, afirmou que há na escola projetos de apoio pedagógico a esses alunos, mas não soube especificá-los, pois não tem contato com eles.

Assim sendo, os dados apontaram:

- uma participante presta atendimento aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem, sempre que possível;
- uma participante busca materiais informativos e sugestões de atividades para passar aos professores;
- duas participantes afirmaram que a escola disponibiliza projetos de apoio pedagógico;
- duas participantes afirmaram que os alunos que não conseguem atender, não recebem nenhum tipo de apoio pedagógico na escola.

Pode-se perceber a partir da análise deste tópico, que no caso de quatro das seis participantes, o atendimento educacional especializado é o único apoio pedagógico oferecido pela escola aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem. E quando estes não são contemplados por este atendimento, não recebem nenhum outro tipo de apoio no contexto escolar. Apenas duas das seis professoras participantes do estudo, mencionaram projetos de apoio pedagógico aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem no contexto da escola em que atuam.

Sobre a forma de colaborar com o professor da classe comum por meio de materiais informativos e sugestões de atividades, mencionada por uma participante, é possível identificar na literatura o que prescreve Correia (2008b; 2017) sobre a possibilidade de o professor de educação especial prestar apoios indiretos ou de consultoria aos professores do ensino regular. Assim sendo, o autor supracitado exemplifica este tipo de colaboração:

Ajudar um professor a encontrar as melhores estratégias e a usar as atividades adequadas no caso de um aluno com dislexia ou mostrar como lidar, em termos de disposição da sala de aula, com um aluno com paralisia

cerebral, são exemplos de serviços indiretos (de consultoria). (CORREIA, 2017b, p.58)

Assim sendo, além da forma de colaborar mencionada pela Professora B, outras orientações foram citadas pelas participantes, as quais serão descritas no próximo tópico.

Oitavo tópico: os transtornos específicos da aprendizagem e o professor de classe regular

Este tópico aborda a orientação prestada pelo professor de educação especial ao professor de classe regular, sobre o trabalho pedagógico com os alunos com transtornos específicos da aprendizagem.

As professoras A, B, C, D e E responderam que sim, que orientam os professores sobre o trabalho pedagógico com esses alunos, porém, fazem considerações diferentes sobre esta tarefa.

A Professora A, afirmou orientar os professores independentemente de atender ou não os alunos e, que essa orientação acontece diretamente com o professor ou em reuniões pedagógicas.

A Professora B, mencionou a resposta da questão anterior, na qual afirma buscar materiais informativos e sugestões de atividades para passar aos professores.

A Professora C, afirmou prestar orientações nas reuniões pedagógicas e também nos planejamentos para estes alunos. A professora C mencionou ainda a grande procura de orientação por parte dos professores.

A Professora D afirmou prestar orientações mais especificamente sobre os alunos que ela atende, pois consegue realizar um trabalho mais próximo ao professor e, no caso dos alunos que não consegue atender, tira as dúvidas e presta orientação aos professores que vão procurá-la.

A professora E, afirmou passar algumas orientações aos professores que apresentam dúvidas durante as reuniões pedagógicas e, por fim, a professora F, afirma não prestar orientação aos professores, ao dizer que:

Eu não presto, mas caso viessem me procurar, eu prestaria sim apoio a eles. Assim como se a coordenadora viesse... eu acho que isso sim é uma

das funções da educação especial... é orientar os professores de como trabalhar. (PROFESSORA F, 2017)

Assim sendo, os dados apontaram:

- cinco participantes realizam algum tipo de orientação aos professores sobre o trabalho pedagógico com alunos com transtornos específicos da aprendizagem.
- uma participante não presta orientação aos professores sobre o trabalho pedagógico com alunos com transtornos específicos da aprendizagem, mas ressaltou que prestaria caso fosse procurada para isso e, que considera importante essa orientação.

Pode-se perceber a partir da análise deste tópico, que cinco das seis participantes deste estudo, prestam algum tipo de orientação aos professores da classe regular sobre o trabalho pedagógico com alunos com transtornos específicos da aprendizagem. E apenas uma das participantes não realiza orientação, pois não é contata pelos professores, o que possivelmente está ligado ao fato desta professora não incluir os alunos com transtornos específicos da aprendizagem em seus atendimentos.

As participantes que consideraram prestar orientações aos professores da classe comum, mencionaram que são feitas nas reuniões pedagógicas, nos planejamentos para os alunos, e de uma forma mais informal com esclarecimentos sobre as dúvidas que emergem no atendimento educacional ao aluno. Para Correia (2008), este tipo de colaboração entre os professores possibilita a elaboração de estratégias mais adequadas às necessidades específicas e as potencialidades dos alunos, devido a articulação das diferentes experiências e saberes de cada área.

Nono tópico: transtornos específicos da aprendizagem, o apoio pedagógico necessário

Este tópico aborda a opinião das participantes sobre o apoio pedagógico necessário para os transtornos específicos da aprendizagem no contexto escolar.

As professoras A, D e E, defenderam inicialmente a necessidade de um profissional no ambiente escolar que possa mediar este apoio, porém fizeram diferentes considerações. A Professora A afirmou que:

Acredito que a mediação deva acontecer através de algum profissional, mas sabemos que isso em escolas públicas não acontece. Então caberia ao professor de sala regular dar o apoio necessário a essa criança, desde que orientado sobre como fazer. Avaliações orais, maior uso de material concreto, adaptações de texto... seriam alguns desses apoios. (PROFESSORA A, 2017)

A Professora D, mencionou inicialmente a necessidade deste apoio pedagógico no ambiente escolar, afirmando:

Bom... primeiro, eu acho necessário que se tenha esse apoio pedagógico na escola, seja por uma pedagoga, psicopedagoga ou professora de educação especial. Mas que ele seja visto também. Porque se ele não é público da educação especial, ele é público de alguém. Ele precisa desse apoio pedagógico dentro da escola... acredito que o melhor profissional seja o psicopedagogo. O mais indicado... que tem a formação ... acho que este profissional deveria estar lá na escola... e acho que além disso, eles precisam muito de um serviço que trabalhe a questão emocional. Um serviço de psicologia. (PROFESSORA D, 2017)

A Professora E, assim como as professoras A e D, mencionou inicialmente a importância da existência de algum tipo de apoio pedagógico, afirmando:

Seria importante que a escola tivesse um serviço de apoio pedagógico, reforço ou projetos que trabalhassem as dificuldades e potencialidades dos alunos com transtornos da aprendizagem. Infelizmente, muitas vezes não damos conta de atender todos os alunos que são encaminhados (público-alvo e transtornos específicos da aprendizagem) e alguns acabam ficando sem atendimento e sem orientação de como enfrentar suas dificuldades. (PROFESSORA E, 2017)

A professora B, afirmou que o apoio necessário depende de cada caso e que não se deve generalizar, porém, menciona o material “Fono na Escola” que trabalha alguns transtornos, como um material pedagógico que se baseia e passa para os professores. Também destacou a importância de apoio fonoaudiológico, neurológico e psicopedagógico

A professora C, considerou difícil falar sobre apoios, devido a sua escassez, mas destacou a importância de uma avaliação no início da vida escolar:

[...] muitas vezes não se sabe se tem uma perda auditiva... muitos fazem trocas e precisariam de fono... hoje existe uma carência muito grande de fonoaudiologia... muitas vezes carregam essa imagem de alunos que não aprendem, de burros, são rotulados... então precisariam de outros profissionais, o que a gente chama de equipe multidisciplinar... dando algum apoio. Psicólogo, principalmente no início da trajetória escolar... acho muito importante que esses alunos tenham uma avaliação oftalmológica, fono, e a

psicológica também, para entender essa dificuldade né. (PROFESSORA C, 2017)

Assim como a Professora D, a professora C defendeu a importância de um apoio psicológico para trabalhar aspectos emocionais envolvidos no transtorno.

Por fim, a professora F, afirmou considerar imprescindível o trabalho da psicopedagogia na escola e, destaca a importância da legalização da profissão e da necessidade de mais de um profissional da área trabalhando no ambiente escolar, devido ao grande número de alunos.

Assim sendo, os dados apontaram:

- três participantes destacaram inicialmente a necessidade da presença de um profissional para trabalhar com os alunos com transtornos específicos da aprendizagem no contexto escolar, independentemente de ser um profissional da pedagogia, psicopedagogia ou da educação especial;

- três participantes mencionaram além do apoio pedagógico, a importância de avaliação e acompanhamento psicológico, oftalmológico, fonoaudiológico e neurológico;

- uma professora considerou imprescindível o trabalho da psicopedagogia na escola.

Percebe-se a partir da análise deste tópico, que cinco das seis participantes consideraram ser necessário um profissional no contexto escolar que preste um atendimento pedagógico aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem. Algumas professoras vão além do aspecto pedagógico desta problemática, mencionando também a necessidade de avaliações e atendimentos clínicos para estes alunos, como os serviços psicológicos, oftalmológicos, fonoaudiológicos e neurológicos.

Sobre este assunto, Correia (2017b) menciona a complexidade de serviços que alunos com NEE podem necessitar para além do atendimento da educação especial, e destaca a necessidade da “colaboração” entre professor do ensino regular, professor de educação especial, entre outros profissionais que se envolvam no atendimento a estes alunos, como por exemplo, psicólogos e terapeutas.

Décimo e último tópico: observações e considerações

Este tópico envolveu observações e considerações que as participantes consideraram importante acrescentar sobre a temática abordada pela entrevista.

A Professora A acrescentou que percebe uma necessidade de ampliação na oferta de cursos de formação sobre a temática e sugeriu uma iniciativa da UFSM para a organização de oficinas abertas aos professores da rede municipal e estadual de ensino.

A professora B, destacou a importância do professor de educação especial realizar uma avaliação com o aluno que lhe é encaminhado, independentemente de atendê-lo ou não e, fazer os encaminhamentos para os profissionais necessários. A professora B destaca a importância deste trabalho em equipe e finaliza afirmando que é uma pena os transtornos específicos da aprendizagem não serem público-alvo da educação especial.

A Professora C, destacou o grande número de alunos com dificuldades de aprendizagem presente na escola e considerou uma contradição o Curso de Educação Especial ofertar disciplinas na área e estes alunos não serem público-alvo da educação especial. A Professora C destacou ainda a importância de uma mobilização entre universidades e prefeituras para a legalização da profissão para que seja possível haver o cargo de psicopedagogo para trabalhar nas escolas, além de caracterizar como angustiante o fato de atender estes alunos de forma irregular.

A Professora D achou importante acrescentar que não consegue ter uma opinião fechada sobre os transtornos específicos da aprendizagem serem ou não público-alvo da educação especial, pois ela sempre os considerou público e os atendeu, mesmo quando a política determinou que não seriam mais. A Professora D destacou ainda que talvez pela sua especialização em psicopedagogia, ou seja, por ter formação para trabalhar com este público, não consegue não os atender e, acrescentou que a pergunta sobre o público-alvo a levou a fazer reflexões, mas que não consegue ainda se posicionar quanto a isso.

A Professora E, não acrescentou nenhuma consideração. Por fim, a Professora F destacou a importância de o professor ter um momento de buscar informações e esclarecer dúvidas para melhorar sua prática profissional e acrescentou que gostaria de um curso/palestra de formação sobre a área, que esclarecesse questões como a diferença entre transtornos e dificuldades de aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresento as considerações finais tendo como referência as questões iniciais que originaram este estudo, sendo: quais os motivos para os professores de educação especial incluírem os alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado? E, para além da legislação que não considera os alunos com transtornos específicos da aprendizagem público-alvo da Educação Especial e do atendimento educacional especializado, há outras razões para o não atendimento destes alunos?

Para responder as questões acima, importante referir que a partir da análise dos dados coletados, que não há um consenso entre algumas professoras participantes sobre a definição de transtornos específicos da aprendizagem, pois nem todas tiveram em sua formação profissional um aprofundamento teórico sobre esta área e por isso, apresentaram conceitos construídos particularmente a partir de sua formação, experiência profissional e pesquisas complementares.

No entanto, ao que se refere ao atendimento aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem, as participantes que incluem estes alunos em seus atendimentos em sala de recursos, o fazem por perceber a necessidade de um acompanhamento pedagógico e pela não existência no contexto escolar de outro profissional que possa realizar um atendimento a estes alunos. Neste sentido, outro consenso formado entre as participantes, foi a necessidade de um profissional presente na escola para prestar apoio pedagógico aos alunos que não se configuram público-alvo da educação especial, sendo sinalizado o psicopedagogo.

Ao que se refere ao não atendimento dos alunos com transtornos específicos da aprendizagem na sala de recursos multifuncional, somente uma participante justificou que não o realiza devido a escola ser considerada um polo da educação especial do município de Santa Maria e, por isso, atender exclusivamente um número elevado de alunos público-alvo da educação especial.

Para concluir, considera-se a partir do estudo proposto, que de modo geral, o fato destes alunos não serem contemplados como público-alvo da educação especial e conseqüentemente do atendimento educacional especializado, e estarem presentes no ambiente escolar sem um amparo legal que delimite um profissional para lhes prestar um acompanhamento pedagógico especializado, é um fator que

contribui para os professores de educação especial prestarem algum tipo de apoio ao aluno e/ou professor da classe comum, no entanto, é um fator de preocupação para as participantes devido a legislação não prever este atendimento em contexto escolar pela área da Educação Especial.

Deste modo, justifica-se o título deste trabalho “Transtornos específicos da aprendizagem e o atendimento educacional especializado: uma polêmica na área da educação especial”, pois a prática docente dos profissionais da educação especial em contexto escolar, revela que alunos com transtornos específicos da aprendizagem necessitam de um apoio especializado e não há leis nacionais que garantam este direito, originando uma polêmica em como resolver esta situação para que todos os alunos sejam de fato atendidos nas escolas inclusivas.

REFERÊNCIAS

ALTREIDER, A. Dislexia: varlendo contra o vento. In: ROTTA, N. T.; BRIDI FILHO, C. A.; BRIDI, F. R. S. (Org.) **Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.796 de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. **Decreto nº7611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 4/2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. Senado Federal- Gerson Camata. **Projeto de Lei Nº 7.081, de 2010**. Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da Dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na Educação Básica. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1373328.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados- Gabriel Chalita. **Projeto de Lei Nº 909 de 2011**. Estabelece preceitos para o aperfeiçoamento da política educacional brasileira dos sistemas públicos de ensino, para a permanência e o sucesso escolar de alunos com distúrbios, transtornos e/ou dificuldades de aprendizagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B6CF5427F8647880718D526361505BBA.node1?codteor=1224067&filename=A vulso+-PL+909/2011. Acesso em: 01 nov. 2017.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

CORREIA, L. M. **Dificuldades de aprendizagem específicas: contributos para uma definição portuguesa**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2008a.

CORREIA, L. M. Princípios gerais para a construção de uma escola contemporânea. In: CORREIA, L. M. (Org) **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2008b.

CORREIA, L. M. **Escala para a identificação de dificuldades de aprendizagem**. Braga, Portugal: Flora Editora, 2017.

CORREIA, L. M. **Fundamentos da Educação especial: guia prático para educadores e professores**. Braga, Portugal: Flora Editora, 2017.

GIL, A. C. **Como encaminhar uma pesquisa? Que é pesquisa?** Como elaborar projetos de pesquisa. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Pesquisa: Técnicas de pesquisa**. Fundamentos de metodologia científica. 5^o ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOOJEN, S.; COSTA, A. C. Semiologia psicopedagógica. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem: uma abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 2^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

NETO, O. C. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21^o ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PANTA, B. G. Z. Problemas de aprendizagem na educação especial e no aee: uma análise sobre as políticas públicas e formação de educadores especiais. In: PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. O. (Org.). **Os casos excluídos da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Santa Maria: UFSM, PRE; pE.com, 2017.

PÉREZ GÓMEZ, A.I. **O pensamento prático do professor** – A formação do professor como prático reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p.93 – 114.

TONINI, A.; MARTINS, A. P. L.; COSTAS, F. A. T. Dificuldades de aprendizagem específicas: uma análise entre Brasil e Portugal. **Revista de Educação Especial e Reabilitação**. Lisboa, Portugal, v 18, p. 9-22, 2011.

ANEXOS



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Educação Especial



Entrevista semiestruturada

Professora A:

Negrito: Questões e falas da entrevistadora.

Itálico: Fala da entrevistada.

1. Teve em sua formação inicial disciplinas ou conteúdos voltados aos transtornos específicos da aprendizagem?

-Não. Minha graduação foi específica a uma habilitação, no caso Deficiência Intelectual (DI).

-Sentiu falta do amparo teórico ao trabalhar com esses alunos?

-Sem dúvidas, um amparo teórico para nortear minha prática, seria essencial. Tive que preencher essa lacuna buscando qualificações e cursos que abordassem a temática.

2. Possui algum tipo de formação continuada para trabalhar com alunos que apresentam transtornos específicos da aprendizagem? Qual, onde e carga horária?

-Sim. Fiz alguns cursos, seminários e participei de palestras que envolviam o atendimento a alunos com transtornos específicos de aprendizagem, buscando aporte e recursos para meu trabalho. No entanto, nenhum deles teve carga horária ampliada ou abordava especificamente o tema. Geralmente eram palestras dentro de um evento maior, que abordava também outros assuntos. Destaco a pouca formação continuada disponibilizada sobre esse tema, na rede estadual onde atuo.

3. Qual o seu conceito sobre os transtornos específicos da aprendizagem?

-Não tenho um conceito fechado sobre os transtornos. Não tive disciplinas na minha graduação que abordassem a questão dessas dificuldades. O que sei, foi construído através de pesquisas pessoais oriundas da necessidade prática vivenciada em meu trabalho. Sei que há transtornos tais como dislexia, disgrafia, discalculia... que exemplificam tais transtornos. Sei um pouquinho sobre cada um.

4. Em que momento de sua vida profissional foi seu primeiro contato com um aluno com transtorno específico da aprendizagem?

-Meu primeiro contato foi na minha prática profissional no AEE, no município de Faxinal do Soturno. Atendia crianças que tinham muitas dificuldades, mas que não se configuravam como o público-alvo do AEE. Nenhuma delas apresentava diagnóstico.

5. Qual sua opinião sobre o aluno com transtorno específico da aprendizagem não ser público-alvo da educação especial?

- Acredito que alunos com transtornos de aprendizagem se configuram com outro perfil, muito diferente do público alvo do AEE. Enquanto o primeiro pode se configurar como de percurso por exemplo, o segundo acompanha o aluno para sempre, embora ambos necessitem de mediação para que as dificuldades possam ser minimizadas. Ao meu ver são alunos com especificidades muito diferentes. No entanto não há políticas públicas que pensem em profissionais que os atendam nas escolas e, caso exista, isso realmente acontecer nas escolas públicas, é bem difícil. Um processo lento... e então, eles ficam desassistidos? Não tem como... os professores que conheço, mesmo tendo psicopedagogia por exemplo, tem turmas, eles não conseguem dentro da carga horária deles dar suporte a essas crianças.

6. Você inclui alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado? Por quê? Como ocorre?

-Sim. Claro que a prioridade de meus atendimentos é o público-alvo, mas atendo os alunos com transtorno, já que estes alunos ficam, na maioria das vezes, desassistidos na escola. Geralmente atendo em grupos, até para otimizar esses atendimentos, mas o planejamento é individual e acontece semanalmente.

7. Os alunos não contemplados pelo atendimento educacional especializado recebem algum apoio pedagógico no ambiente escolar? Qual e como ele ocorre?

-Na escola em que atuo sim. O professor faz a queixa, relatando a dificuldade e eu avalio. Claro que isso acontece desde que não interfira no atendimento ao público-alvo. Comprovada a necessidade através da minha avaliação, busco, conforme possível atendê-los.

8. Presta alguma orientação aos professores da classe regular sobre o trabalho pedagógico com esses alunos?

-Sim. Oriento os professores, independentemente de atendê-los ou não. Isso acontece de forma específica, de cada caso, diretamente com o professor ou também, como já aconteceu, organizei reuniões pedagógicas na escola, envolvendo todos os professores da escola, sobre dislexia por exemplo.

9. Que tipo de apoio pedagógico considera necessário para os alunos com transtornos específicos da aprendizagem quando não contemplados pelo atendimento educacional especializado?

-Acredito que a mediação deva acontecer através de algum profissional, mas sabemos que isso em escolas públicas não acontece. Então caberia ao professor de sala regular dar o apoio necessário a essa criança, desde que orientado sobre como fazer. Avaliações orais, maior uso de material concreto, adaptações de texto... seriam alguns desses apoios.

10. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado nesta entrevista?

-Acredito que deveria ser ampliada a oferta de formações sobre a temática, tendo iniciativa da universidade. Poderiam ser oficinas por exemplo, e serem abertas a professores da rede municipal e estadual.



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Educação Especial



Entrevista semiestruturada

Professora B:

Negrito: Questões e falas da entrevistadora.

Itálico: Fala da entrevistada.

1. Teve em sua formação inicial disciplinas ou conteúdos voltados aos transtornos específicos da aprendizagem?

- Sim, na graduação em educação especial, curso diurno, tive algumas disciplinas, e também estágio supervisionado na área de dificuldades de aprendizagem, mesmo que na época em que eu fiz, os transtornos específicos da aprendizagem já não eram mais público-alvo da educação especial.

- Considera os conhecimentos adquiridos suficientes para realizar um trabalho satisfatório com esses alunos?

-Eu considero que são conhecimentos básicos, que podem oferecer sim um trabalho satisfatório, mas que o educador deve buscar formação mais específica, como por exemplo: o curso de psicopedagogia, que trata mais profundamente desses transtornos, porque eu acho que o que é trabalhado no curso é ainda muito superficial frente a demanda.

2. Possui algum tipo de formação continuada para trabalhar com alunos que apresentam transtornos específicos da aprendizagem? Qual, onde e carga horária?

-Sim. Estou concluindo agora o Curso de Psicopedagogia na UNIFRA. O curso tem duração de dois anos, mas não sei te dizer agora exatamente a carga horária.

3. Qual o seu conceito sobre os transtornos específicos da aprendizagem?

-Eu acredito que transtornos específicos da aprendizagem e dificuldades de aprendizagem são coisas diferentes. Essa foi uma visão que eu tive a partir da psicopedagogia. No caso, as dificuldades podem ser transitórias, ocasionadas por situações específicas, fatores emocionais, dinâmica dos professores em sala de aula... já os transtornos são de ordem orgânica. São persistentes e acompanham a criança em toda sua jornada escolar.

4. Em que momento de sua vida profissional foi seu primeiro contato com um aluno com transtorno específico da aprendizagem?

-Foi no meu estágio supervisionado em dificuldades de aprendizagem, durante o curso de educação especial. Em 2007.

5. Qual sua opinião sobre o aluno com transtorno específico da aprendizagem não ser público-alvo da educação especial?

-Como professora, atuante na escola, percebo o quanto estes alunos sofrem e perdem por não ter atendimento na escola. Como psicopedagoga compreendo a necessidade de um atendimento clínico para esse público, e também acredito que na escola o educador especial deveria sim ter um momento para trabalhar com esses alunos, mas isso não isenta o atendimento clínico que é necessário, psicopedagógico. É uma pena que principalmente nas escolas públicas, onde os alunos geralmente são de baixa renda e não tem acesso à muitos atendimentos que são pagos né... é uma pena que essas crianças não sejam público-alvo da educação especial, porque elas ficam sem nenhum atendimento mesmo né. Aí vai do bom senso do educador especial, e da carga horária dele também né, ele atender.

-Então tu acreditas que o atendimento ideal para esses alunos seria o clínico?

-Acredito na necessidade dos dois tipos de atendimento. Porque o psicopedagogo trabalha também com a escola né. Isso é a mesma coisa que dizer, que tu me perguntar assim “ah, se ele for atendido pela educadora especial e tiver um problema de fala ele não vai com a fono”? Não... um serviço complementa o outro sabe. Acredito que os transtornos poderiam ser público-alvo da educação especial.

-OK

6. Você inclui alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado? Por quê? Como ocorre?

-Sempre que dá, sim. Agora mesmo eu estava atendendo uma menina que está em avaliação neuropediátrica. Ainda não tem um diagnóstico, mas frente a todas as demandas delas em sala de aula, pelo o que eu converso com a professora, ela tem um transtorno sim. Está em avaliação. Deficiência ela não tem, para se caracterizar como público-alvo da educação especial né... então é uma pena, porque eu tenho 20hs aqui na escola e nem sempre tenho condições de atender... eu sei que tem mais alunos aqui na escola... ela eu já coloquei o horário certinho, duas vezes na semana, por 45min eu atendo ela, porque é o tempo que tem. E se tivesse mais horários vagos eu atenderia com certeza os outros.

-E qual seria tua justificativa se alguém te perguntasse porquê tu atendes, mesmo esses alunos legalmente não sendo público-alvo da educação especial?

-Porque eles tem uma defasagem né na aprendizagem. Eles têm uma demanda. Eu estou aqui na escola, fiz o curso de educação especial, que tinha essa disciplina, eu sei trabalhar com eles... porque eu vou estar aqui na escola parada, se não tenho nenhum aluno público-alvo naquele horário, se essa criança precisa tanto e também está ali né.

-Ok.

7. Os alunos não contemplados pelo atendimento educacional especializado recebem algum apoio pedagógico no ambiente escolar? Qual e como ele ocorre?

-Sim, sim... geralmente eu converso com as professoras né, quando tem alguma demanda que a professora não tem certeza ainda, pois não tem um laudo da criança sobre o transtorno, mas ela sente uma dificuldade grande, eu faço a avaliação, utilizando aportes da psicopedagogia para fazer essa avaliação, e faço encaminhamento para os

demais profissionais que necessita. A mesma coisa com crianças que já tem... como um que tem dislexia, outro discalculia... eu sempre estou buscando materiais informativos para os professores e também sugestões de atividades para as crianças em sala de aula.

8. Presta alguma orientação aos professores da classe regular sobre o trabalho pedagógico com esses alunos?

-Sim, como já respondi anteriormente né...

Sim, sim, já respondeu...

9. Que tipo de apoio pedagógico considera necessário para os alunos com transtornos específicos da aprendizagem quando não contemplados pelo atendimento educacional especializado?

-Depende muito da necessidade de cada criança... eu tenho o material da fono na escola que trabalha bastante dislexia e discalculia, e estou sempre buscando materiais novos...mas este é um material bem bom, que eu até já passei para vários professores, mas a gente está sempre em constante busca. Depende do caso, não dá para generalizar.

-Eu iria te fazer outra pergunta agora, mas vi que outros apoios que tu considera necessários tu já ressaltou aqui também, como fono, apoio neurológico, psicopedagógico... então já respondeu...

-Sim...

10. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado nesta entrevista?

-Olha, eu acho que o que todo educador especial deveria fazer, é diante de alguma queixa de professores, de algum aluno que não tenha deficiência, não tenha aquele laudo... é sempre fazer uma avaliação, mesmo que não tenha um aporte psicopedagógico, e sempre que tiver dúvidas encaminhar para um neurologista...psicopedagogo, psicólogo se for o caso, dependendo da necessidade... porque a gente tem que trabalhar em equipe né, ninguém é detentor de todo o saber... não é porque no meu curso de graduação eu tive uma disciplina sobre que eu vou ser a expert no assunto. E acredito que seja isso...é importante sim, ter esse apoio na escola... e é uma pena que não sejam público-alvo da educação especial.

-Ok. Muito obrigada!



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação
Curso de Educação Especial



Entrevista semiestruturada

Professora C:

Negrito: Questões e falas da entrevistadora.

Itálico: Fala da entrevistada.

1. Teve em sua formação inicial disciplinas ou conteúdos voltados aos transtornos específicos da aprendizagem?

-Tive. Mas não foram conteúdos ou disciplinas que a gente tivesse um aprofundamento, foram colocados de maneira bem superficial. Depois de formada precisei buscar leituras sobre isso.

- Considera os conteúdos trabalhados na disciplina suficientes para realizar um trabalho satisfatório com estes alunos?

- Não. Não considero... os conteúdos foram bem mais voltados à deficiência intelectual né, por ser habilitação.

2. Possui algum tipo de formação continuada para trabalhar com alunos que apresentam transtornos específicos da aprendizagem? Qual, onde e carga horária?

-Não, não tenho. Específica para isso não.

3. Qual o seu conceito sobre os transtornos específicos da aprendizagem?

-Entendo que são sempre dificuldades que a criança apresenta, ou de forma orgânica, que vão prejudicar o aprendizado... que vão resultar numa defasagem na vida escolar dela. Mas que a partir do momento que tu consegues trabalhar estas dificuldades eles apresentam melhoras no desempenho escolar.

4. Em que momento de sua vida profissional foi seu primeiro contato com um aluno com transtorno específico da aprendizagem?

-Inicialmente, eu tenho um histórico de trabalhar só em instituições especializadas, então os alunos que estavam ali apresentavam quadros de deficiência intelectual severa, moderada geralmente né...eu fui ter contato quando eu passe a trabalhar no AEE dentro de escolas. Desde o primeiro momento eu tive alunos... nós chamamos de dificuldades de aprendizagem né, eu chamo...

5. Qual sua opinião sobre o aluno com transtorno específico da aprendizagem não ser público-alvo da educação especial?

- Eu considero um grande problema. Porque cada turma tem em média 2 ou 3 alunos que apresentam alguma dificuldade e, considerando os meus anos de atuação, até hoje nós não temos outro profissional que realize este atendimento. Quando é oferecido, é oferecido em lugares centrais da cidade, por ser escola municipal, nós trabalhamos na periferia, e a maioria não tem condições... de transporte para chegar até esse lugar. São alunos que não recebem atendimento específico a não ser com a educadora especial. E nós hoje fazemos isso sabendo que não podemos atender. Não pode constar em senso, estatísticas... nada disso. E fazemos de certa forma, de uma forma até comprometedora...pois não são mais público-alvo da educação especial e não podemos atender...

-Sim. A próxima pergunta vem bem ao encontro do que tu falaste agora:

6. Você inclui alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado? Por quê? Como ocorre?

-Sim. Atualmente incluo, nas duas escolas em que trabalho. Pelo fato de que realmente eles não têm outro atendimento... e nós temos que pensar também

na questão social disso né... geralmente o aluno com dificuldade, ele consegue ter uma percepção da sua situação, da sua dificuldade... tem uma clareza disso... e a maioria deles acaba optando por compensar essa dificuldade com indisciplina, ou evasão da escola... ou a total apatia... as três situações são bem agravantes... então eu penso que esses alunos correm riscos também... perigo... em relação “ah, ele falta muito a aula. Onde ele se encontra? Geralmente na rua.” Geralmente com muito problema de disciplina na escola, muitas vezes é transferido... então considero muito delicada a situação... muito mais delicada que aluno com deficiência, qualquer deficiência... o aluno com dificuldade de aprendizagem.

-Interessante... e como ocorrem os teus atendimentos?

- Geralmente eu atendo individualmente. Procuro ver em que nível ele se encontra, qual as dificuldades... e como são atendimentos de poucas vezes por semana, no máximo duas vezes, eu foco bastante na construção da escrita e leitura, conceitos matemáticos... que é bem um trabalho pedagógico, talvez até o que se chama apoio pedagógico, mas não vejo outra forma disso que não seja assim... porque a inclusão, estamos em um momento muito importante... então há a preocupação que este aluno chegue no quinto ano lendo... porque as vezes estão no quinto ano, já com algumas repetências, e não reconhecem nem as letras...

7. Os alunos não contemplados pelo atendimento educacional especializado recebem algum apoio pedagógico no ambiente escolar? Qual e como ele ocorre?

-Eu não consigo atender todos, atendo aqueles casos mais difíceis, com histórico de repetência, uma defasagem muito grande no processo de alfabetização... o que a escola oferece é o Mais Educação. Então os outros alunos participam do Mais Educação, que tem a professora de português, de matemática... tem também o encaminhamento para o PRAEM, mas como eu disse... alguns daqui frequentam, e da outra escola também, o atendimento com psicopedagoga, mas uma minoria... porque a lista de espera é muito grande, e porque alguns, geralmente o que mais precisa... não tem condições de ir...porque a mão tem que levar, aí são quatro passagens né... e muitas

vezes existe essa carência muito grande... a maioria das pessoas não sabe dessa dificuldade de ir até lá.

8. Presta alguma orientação aos professores da classe regular sobre o trabalho pedagógico com esses alunos?

-Sim. Nós temos as reuniões pedagógicas e faço planos para esse aluno, e converso muito com os professores. Hoje nós temos, nas duas escolas que eu atuo, uma abertura e uma procura muito grande das professoras. Elas procuram, querem saber como eu posso trabalhar com esse aluno, que tipo de adequação eu posso fazer... não funciona como deveria né, porque as turmas muito grandes... elas tem outros... eles lidam muito com a indisciplina né, mas considerando meu tempo de atuação, acho que hoje a gente consegue bem mais isso. Eu consigo ter esse acesso aos professores, a equipe diretiva, nas duas escolas que eu trabalho.

9. Que tipo de apoio pedagógico considera necessário para os alunos com transtornos específicos da aprendizagem quando não contemplados pelo atendimento educacional especializado? Qual atendimento tu consideras necessário?

- É bem difícil falar sobre apoio porque eles são bem escassos né, bem poucos, mas muitas vezes uma avaliação, que não é feita lá no início de sua vida escolar, muitas vezes não se sabe se tem uma perda auditiva... muitos fazem trocas e precisariam de fono... hoje existe uma carência muito grande de fonoaudiologia... muitas vezes carregam essa imagem de alunos que não aprendem, de burros, são rotulados... então precisariam de outros profissionais né, o que a gente chama de equipe multidisciplinar... dando algum apoio. Psicólogo, principalmente no início da trajetória escolar... acho muito importante que esses alunos tenham uma avaliação oftalmológica, fono, e a psicológica também, para entender essa dificuldade né, porque os pais muitas vezes dizem "mas ele sabe fazer tudo! Ele adora um computador, um videogame, como é só a leitura!" então eles carregam isso da família também, que não aprendem porque são desinteressados, porque não querem. Então essa parte seria importante também né.

- Esse apoio com outros profissionais...

- Isso, com outros profissionais... que é bem difícil sabe... agora a gente tem o programa Saúde na Escola, que é um trabalho que deu muito certo, eles avaliam o aluno né... tem consulta e já a aquisição do óculos. Então vários alunos desde a pré-escola, que precisam de óculos, e hoje estão conseguindo adquirir estes óculos sem custo nenhum!

- **Sem custos? Que bom!**

- Sim, muito bom! E nós nos surpreendemos com a quantidade de alunos que precisava de óculos! O que era um problema, porque as vezes a mãe até conseguia a consulta pelo SUS, mas não conseguia adquirir o óculos...

10. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado nesta entrevista? Alguma consideração...

-Acho importante ressaltar que nós temos muitos alunos! Não são pouquinhos, são muitos alunos que tem a dificuldade de aprendizagem né... na universidade tem o curso que dedica esta disciplina, mas nós que estamos na prática... tu que vai se formar em dezembro, se for atuar numa escola, já não é público-alvo... então eu acho uma contradição muito grande né sobre isso... eu acharia bem mais importante que houvesse um trabalho junto com a universidade, com as prefeituras... que houvesse concursos para psicopedagoga dentro da escola, já que... ou uma especialização, para que o profissional que já é educador especial possa fazer, e que passe a ser legal ter o psicopedagogo dentro da escola né, que é o profissional que hoje é habilitado a trabalhar com as dificuldades de aprendizagem. Eu acho muito contraditório, muito angustiante... atender os alunos, não constar em lugar nenhum... diante de secretarias tu não pode nem divulgar... todo mundo sabe que tu atende, mas não pode nem divulgar isso, porque tu pode se comprometer, porque está fazendo algo que não é para fazer. E estes alunos estão aí né, evadindo da escola... enfim, sem poder aproveitar o que a escola poderia oferecer, deveria oferecer ... e seria isso...

- **Muito obrigada professora!**



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Educação Especial



Entrevista semiestruturada

Professora D:

Negrito: Questões e falas da entrevistadora.

Itálico: Fala da entrevistada.

1. Teve em sua formação inicial disciplinas ou conteúdos voltados aos transtornos específicos da aprendizagem?

-Na faculdade sim. Tive. Não conteúdos, mas já se falava sobre dificuldades na leitura, se falava em dislexia. Até na época gerou-se uma discussão, se toda dificuldade de leitura era uma dislexia. Até as professoras que trabalhavam na área, tinham mais experiência na educação especial, tentaram nos dar um auxílio, mas foi bem superficial.

- Considera os conteúdos trabalhados na disciplina suficientes para realizar um trabalho satisfatório com estes alunos?

- Durante a minha graduação, não.

2. Possui algum tipo de formação continuada para trabalhar com alunos que apresentam transtornos específicos da aprendizagem? Qual, onde e carga horária?

-Continuada não. Depois da graduação eu fiz a especialização em psicopedagogia, justamente buscando essa formação que a gente não tinha no curso. E na época da minha formação o que nos balizava era a resolução de 2001 né, onde no público-alvo ainda entrava as dificuldades acentuadas de aprendizagem, e como nossa experiência, base de conteúdos, não foi específica nessa área, muitas de nós buscamos esse curso né... então eu fui atrás e fiz a especialização.

-Sim... em que instituição tu fizeste tua especialização?

- Eu fiz na UNIFRA.

- E a duração dela?

- Foram dois anos.

- Ok.

3. Qual o seu conceito sobre os transtornos específicos da aprendizagem? O que tu entendes sobre eles?

-Como eu vou te dizer um conceito... bom, dentro do que eu aprendi, do que eu acredito, do que eu sigo até hoje, é o conceito da Sônia Moogen. O que dificuldades primárias de aprendizagem, o que são dificuldades secundárias de aprendizagem...o que são os transtornos de aprendizagem né. Então tu pode ter uma dificuldade bem primária de aprendizagem nos primeiros anos, que tu vai estar demonstrando uma dificuldade de adaptação a metodologia, uma dificuldade por razões afetivas, de adaptação na escola... as dificuldades secundárias a patologia que o aluno apresenta, a dificuldade que vem atrelada a uma surdez, a uma deficiência intelectual... a gente entra depois nos transtornos específicos, que vão ser a dislexia, a discalculia... pra mim tu tem que ter bem claro o que é cada um deles, até para poder orientar este professor e talvez encaminhar o aluno para uma avaliação, que talvez não vai te dar essa resposta.

4. Em que momento de sua vida profissional foi seu primeiro contato com um aluno com transtorno específico da aprendizagem?

-Olha, eu me formei em 2001 e fui trabalhar na Escola Marista na Nova Santa Marta, e ali foram meus primeiros contatos com tudo aquilo que o estágio não me proporcionou. Porque no estágio, eu fiz na área da deficiência mental,

então tive alunos bem comprometidos mesmo... então não tinha tido contato com transtornos de aprendizagem. Eu fui ter essa minha primeira experiência lá na escola, porque eram alunos sem diagnóstico, que tinham o projeto de ASEMA, que tinham que ficar no turno inverso na escola, nós éramos vários profissionais trabalhando. Então ali foram as primeiras crianças com transtornos que eu conheci. Mas que eu atuei mesmo, foi depois, lá em Agudo.

5. Qual sua opinião sobre o aluno com transtorno específico da aprendizagem não ser público-alvo da educação especial?

- Bem difícil essa tua pergunta, porque diante do que a gente tem hoje, de público-alvo da educação especial, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação... ele não deixa mais o aluno com transtorno entrar para a educação especial. Mas também não tem nenhum outro tipo de atendimento. Então, hoje, assim, concordo que ele não seja atendido pela educação especial. Mas então que seja oferecido outro atendimento para esse aluno dentro da rede. Da rede pública né. Porque no município tu manda para o PRAEM, e no estado tu faz o que? Se eu não atender o meu aluno que tem um transtorno específico de aprendizagem, quem vai atendê-lo? Fora, um atendimento particular... então o que eu penso hoje...porque é difícil né... porque nem todo professor de educação especial tem formação para trabalhar com esse aluno, e vai acabar encarando esse aluno como uma deficiência intelectual, e aí vai ser pior ainda! Então... volta para tua pergunta... qual a minha opinião?

- Qual sua opinião sobre o aluno com transtorno específico da aprendizagem não ser público-alvo da educação especial?

- Eu concordo... porque pensando que a educação especial vai trabalhar com as deficiências, o aluno com transtorno específico de aprendizagem, ele não é um aluno com deficiência. Então ele não tem que ser atendido pela educação especial.

- Não ser atendido pela educação especial, mas concorda que deva ter um profissional...

- Precisa de um outro profissional na escola. Como o psicopedagogo, que vá lá, e que tenha formação para atender este público que ficou a margem.

-Ok. Certo.

6. Você inclui alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado? Por quê? E como ocorrem os atendimentos?

- Sim. Incluo.

- Por quê? Qual tua justificativa?

- Então, apesar de eu saber e entender que ele não é público-alvo da educação especial, e entender que realmente ele não precisa fazer parte desse público, porque para que ele faça parte desse público, a formação do educador especial tem que ter mais ênfase nisso. O meu curso não teve, mas o currículo novo tem...

- Sim. O nosso tem...

- Eu atendo esse aluno porque senão ele não vai ter outro tipo de atendimento, o professor não vai ter orientação de ninguém, ele vai dizer “esse aluno tem dislexia” “Ah tá”. E ele vai continuar sem atendimento, sem orientação, sem adaptações... sem nada. É por isso que eu incluo ele.

- E como ocorrem os atendimentos?

- Bom, eu vou te dar a minha realidade de escola do campo. Onde os alunos vão de transporte para a escola, então não vou te mentir. Então o atendimento deles é em grupo, e eles vão de manhã de transporte, as 8h e passam a manhã inteira comigo. Porque não tem como voltar para casa. Não tem transporte para ir embora. Eles vão uma vez na semana. Este aluno vai especificamente com outros dois, eles passam a manhã inteira e eu divido este atendimento em momentos. Eu vou ter momentos individuais com cada um, enquanto os outros dois estão fazendo outra atividade, estão usando o computador... aquele momento é individual. Então vou fazendo rodízios. Individual e atividades em grupo. Então, uma vez por semana, durante 4hs.

7. Os alunos não contemplados pelo atendimento educacional especializado recebem algum apoio pedagógico no ambiente escolar? Qual e como ele ocorre?

- Tu consegues atender todos os alunos com dificuldades da escola? Os que tu não consegues atender, tem algum outro apoio?

- Não. Assim, eu não dou conta. As dificuldades que eu atendo são aquelas dificuldades mais acentuadas de aprendizagem, aqueles que tu tem uma suspeita de um diagnóstico de uma deficiência intelectual, uma dislexia... ou de alguma discalculia... de alguma "DIS" né. Então eu atendo pontualmente esses alunos. E os demais alunos, que são muitos, que apresentam dificuldades, muitos, dificuldades primárias de aprendizagem... muitos por falta de acompanhamento em casa... esses alunos não tem nenhum outro tipo de apoio na escola. A gente já teve. Em 2013 existia no estado a professora de apoio. Esta professora passava na escola, no mesmo turno do currículo, do primeiro ao quinto ano, aí ela ia lá no primeiro ano, tirava da sala o aluno com dificuldade e realizava uma atividade diferenciada, ou aplicava aquela mesma atividade que a professora estava aplicando mas separado. Os alunos cresceram muito naquele ano. Mas no ano seguinte, 2014, a gente já não teve mais esse recurso humano para fazer. Então hoje eles não têm nada.

- Ok.

8. Presta alguma orientação aos professores da classe regular sobre o trabalho pedagógico com esses alunos?

-Especificamente com esses alunos que eu atendo, sim. Até o aluno que tem dislexia está no 5º ano e a gente trabalha muito perto eu e a professora, em questão de avaliação oral, a conversa com a mãe, com a família né... a questão de como ele vai estudar em casa, se ele não lê, ele não vai conseguir estudar sozinho. Ele vai precisar do auxílio da mãe, que vai ter que ler para ele, porque ele ainda não tem um computador, que possa se instalar um Dosvox que faça a leitura do conteúdo. Ainda é pequeno né, e é interior, é lá longe... não tem esses acessos né... então a gente luta com as armas que tem. Sim, trabalho bastante com essas professoras dos alunos que eu atendo. Os demais alunos que tem dificuldades, as vezes os professores vêm "ah, o que tu acha que eu faço com tal aluno". Então é sempre aquela busca, de que se ele está com dificuldade, tu vai ter que dar uma atividade diferente para ele. Vai ter que resgatar esse aluno... até porque a gente tem um ciclo de alfabetização, e o aluno chegou no 2º ano e não sabe ler, ele já se tornou um problema para o professor. E muitas vezes o aluno só tem uma

dificuldade primária de aprendizagem. Na grande maioria das vezes. Só que ele acaba sendo rotulado como o aluno que não aprende... e acaba chegando a queixa em mim “ah tu pode dar uma olhadinha?” eu vou lá, faço uma avaliação e volto “olha, ele está em desenvolvimento, em processo de aquisição da linguagem escrita... mas tu vai precisar de uma linguagem mais lúdica...” de uma atividade que alcance o aluno né.. é esse tipo de orientação que eu dou.

- Sim.

- É o que eu acabo fazendo.

9. Que tipo de apoio pedagógico considera necessário para os alunos com transtornos específicos da aprendizagem quando não contemplados pelo atendimento educacional especializado? Qual atendimento tu consideras necessário?

-Bom... primeiro, eu acho necessário que se tenha esse apoio pedagógico na escola, seja por uma pedagoga, psicopedagoga ou professora de educação especial. Mas que ele seja visto também. Porque se ele não é público da educação especial, ele é público de alguém. Ele precisa desse apoio pedagógico dentro da escola... acredito que o melhor profissional seja o psicopedagogo. O mais indicado... que tem a formação ... acho que este profissional deveria estar lá na escola... e acho que além disso, eles precisam muito de um serviço que trabalhe a questão emocional. Um serviço de psicologia. Porque eu vejo por esse aluno que eu atendo, que ele tem uma revolta muito grande por não conseguir aprender a ler. E ele não gosta em hipótese alguma, que se fale na sala de aula dele sobre dislexia. Ele tem uma resistência, porque o tratamento da mãe é “ele é burro mesmo”... sabe?

Então ele também se acha burro... então quando ele não consegue ele já chora... ele vai entrar agora na adolescência, puberdade, mudança de corpo... então eu acho que ele precisa muito de um apoio psicológico. Acho que a parte pedagógica já foi entendido como tem que trabalhar... eu consigo fazer essa interlocução com a professora. Mas a parte afetiva não.

10. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado nesta entrevista? Alguma consideração... algo que tu achas importante falar sobre o assunto...

- Assim, eu não quero acrescentar nenhuma pergunta. Mas eu quero dizer que eu

não consigo ter claro hoje, para mim, se este grupo de alunos, com transtornos específicos de aprendizagem, se devem ou não ser público-alvo da educação especial... eu não consigo ter isso claro ainda. Talvez porque para mim ele seja, ele sempre foi... sempre foi aluno da educação especial... porque a gente saiu de uma formação que atendia... mas no momento que veio a política e disse “tu não vai mais atender” eu não soube dizer não.

-Sim...

- Apesar de eu saber que ele não é... eu teria uma carga horária bem mais leve se eu não atendesse esses alunos, mas eu também não consigo dizer não. E acho que isso está também atrelado a minha formação da especialização. Tu vê o aluno com transtorno, tu sabe o que fazer, sabe como avaliar, como trabalhar... e dizer “não, não vou atender” não consigo! Mas aquela tua pergunta ficou batendo na minha cabeça! Eu acho que esse aluno deveria ser público da educação especial? Realmente não sei. Não consigo...

- é uma pergunta difícil né...

- Realmente não consigo te dizer se deveria voltar a ser, ou se deveria não ser mais público da educação especial, mas ter na escola um atendimento. Eu ainda acho que ele deveria não ser público e ter esse atendimento. Mas não consigo dizer assim “é A ou é B” sou bem indecisa! Bem em cima do muro.

- Não... sinal que é uma questão que te fez refletir né... e nós estamos constantemente refletindo sobre várias questões da nossa área... Muito obrigada professora!

- De nada!



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Educação Especial



Entrevista semiestruturada

Professora E:

Negrito: Questões e falas da entrevistadora.

Itálico: Fala da entrevistada.

1. Teve em sua formação inicial disciplinas ou conteúdos voltados aos transtornos específicos da aprendizagem?

-Na minha graduação eu tive uma disciplina que tratava dos transtornos específicos da aprendizagem, porém, não foi suficiente para a prática em sala de recursos, visto que a disciplina apenas abordou alguns transtornos de forma superficial.

2. Possui algum tipo de formação continuada para trabalhar com alunos que apresentam transtornos específicos da aprendizagem? Qual, onde e carga horária?

-Procurei a pós-graduação em Psicopedagogia, pois na prática surgia para o atendimento alunos com transtornos específicos da aprendizagem e eu não me sentia capacitada o suficiente para atendê-los. Fiz esta especialização na Universidade Gama Filho (UGF)- Pós-graduação à distância.

**3. Qual o seu conceito sobre os transtornos específicos da aprendizagem?
O que tu entendes sobre eles?**

- São dificuldades que acabam ocasionando vários prejuízos e interferindo na aprendizagem e no dia-a-dia do indivíduo.

4. Em que momento de sua vida profissional foi seu primeiro contato com um aluno com transtorno específico da aprendizagem?

-Logo quando me formei e comecei a trabalhar nesta escola, me encaminharam um aluno com dislexia.

5. Qual sua opinião sobre o aluno com transtorno específico da aprendizagem não ser público-alvo da educação especial?

- Sempre penso muito sobre esse assunto, pois o aluno com transtorno específico da aprendizagem não é considerado público-alvo da Educação Especial, porém é o educador especial que acaba atendendo e auxiliando esses alunos. Não concordo que o educador especial tenha que atender alunos com transtorno, já que não conseguimos dar conta do nosso público-alvo nas 20 horas na escola.

6. Você inclui alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado? Por quê? E como ocorrem os atendimentos?

- Sim. Atendo os alunos com transtornos específicos da aprendizagem, pois a direção da escola o encaminha após consultarem e apresentarem laudo médico ou psicopedagógico. Muitas famílias não têm condições financeiras de pagar um atendimento psicopedagógico, assim, acabo atendendo esse público para não ficarem desassistidos. Eles são atendidos de forma individual ou em pequenos grupos para que suas necessidades sejam contempladas.

7. Os alunos não contemplados pelo atendimento educacional especializado recebem algum apoio pedagógico no ambiente escolar? Qual e como ele ocorre?

- A nossa escola não oferece apoio pedagógico.

8. Presta alguma orientação aos professores da classe regular sobre o trabalho pedagógico com esses alunos?

- Nas reuniões pedagógicas os professores questionam como trabalhar com esses alunos, e eu passo algumas orientações.

9. Que tipo de apoio pedagógico considera necessário para os alunos com transtornos específicos da aprendizagem quando não contemplados pelo atendimento educacional especializado? Qual atendimento tu consideras necessário?

- Seria importante que a escola tivesse um serviço de apoio pedagógico, reforço ou projetos que trabalhassem as dificuldades e potencialidades dos alunos com transtornos da aprendizagem. Infelizmente, muitas vezes não damos conta de atender todos os alunos que são encaminhados (Público-alvo e transtornos específicos da aprendizagem) e alguns alunos acabam ficando sem atendimento e sem orientação de como enfrentar suas dificuldades.

10. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado nesta entrevista?



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Educação Especial



Entrevista semiestruturada

Professora F:

Negrito: Questões e falas da entrevistadora.

Itálico: Fala da entrevistada.

1. Teve em sua formação inicial disciplinas ou conteúdos voltados aos transtornos específicos da aprendizagem?

-Na minha época, na graduação não. Eu tive uma disciplina que deu um toquezinho nessa questão, mas foi mais direcionada as dificuldades de aprendizagem. Até a disciplina se chamava Dificuldade de Aprendizagem, e a gente viu mais estas questões mesmo. Transtornos não.

-Sentiu falta do amparo teórico ao trabalhar com esses alunos?

- Olha, eu não senti, eu sinto. Porque a gente se depara com muitos casos e as dúvidas sempre estão presentes na nossa área né, mas nessa área em específico, eu senti falta. Quando eu terminei a graduação, inclusive eu pensei em fazer psicopedagogia, mas como a gente sabia né que a psicopedagogia... e eu estava pensando em campo, em emprego, optei por fazer Informática na Educação. Então não trabalhei a psicopedagogia, mas é algo que eu tenho ainda tenho desejo, não sei se ainda não vou contemplar esse meu desejo.

- Sim...

2. Possui algum tipo de formação continuada para trabalhar com alunos que apresentam transtornos específicos da aprendizagem? Qual, onde e carga horária?

-Não...

3. Qual o seu conceito sobre os transtornos específicos da aprendizagem? O que tu entendes sobre eles?

- Andryella... até nem parei, eu poderia ter passado para pensar... até porque tu me avisou qual era... mas eu nem prestei atenção assim. Qual é o meu conceito... o que eu vejo é uma diferença, há uma diferença entre alunos com dificuldades de aprendizagem e com transtornos. É o que eu concebo né. E que os transtornos são de origem biológica e social e que eles continuam por muitos e muitos tempos... para mim os transtornos são todos aqueles transtornos como a dislexia, discalculia, disortografia, e que eles permanecem... minimizam mas permanecem. Que um disléxico vai melhorar, mas sempre vai ser um disléxico, para toda vida. Já as dificuldades de aprendizagem não, o que a gente sabe é que as dificuldades de aprendizagem, tu realizas as intervenções, e esse aluno vai passando a não precisar mais... a não apresentar mais a dificuldade de aprendizagem...

- A superar...

- Tu dá um empurrão e foi né.

- sim...

4. Em que momento de sua vida profissional foi seu primeiro contato com um aluno com transtorno específico da aprendizagem? No estágio... já na atuação na escola...

- No estágio não. Nosso estágio era bem específico da área de deficiência mental. Não era como o de vocês, que vocês tiveram a disciplina de ... como era o nome da disciplina de vocês?

- Dificuldades de Aprendizagem.

-Isso, e tiveram o estágio... nós tivemos a disciplina, mas não tinha esse contato. O contato na verdade... com transtorno né, talvez... na minha escola municipal que eu atendo, eu tive esse contato bem cedo assim, uns cinco ou

seis anos depois, mas eu, com tanto trabalho... tanta coisa, nunca fui a fundo procurar, mas o menino é disléxico. Até hoje é e não consigo fluir...

- Então na escola do município que tu trabalhas.

5. Qual sua opinião sobre o aluno com transtorno específico da aprendizagem não ser público-alvo da educação especial?

- Essa é uma questão bem polêmica no meu ponto de vista né...

- É...

- porque há educadoras que defendem, há educadoras que dizem que não... eu até acho que... como eu já convivi numa comunidade que há muito aluno com dificuldade, com transtorno, que é minha atuação no município.. eu acho que essa delimitação de público-alvo, eles não serem, nos favorece. Não que eu ache que eles não devam ser atendidos e não devem ter um amparo, mas acho que de certa forma, delimita... porque muitas vezes tu fica atendendo transtorno, aí já vai para a dificuldade... aí os nossos AEEs ficam com uma sobrecarga e tu não dá conta de nenhum deles. Então eu acho que se nós estamos atuando para atender o AEE e a política existe, acho que poderia existir outro espaço, uma outra política ou algo assim... que dê conta desses alunos também. Até quem sabe sejamos nós, mas de uma forma legalizada. Acho que eles deveriam sim ser atendidos, por outras pessoas...

6. Você inclui alunos com transtornos específicos da aprendizagem no atendimento educacional especializado? Por quê? E como ocorrem os atendimentos?

- Bom, eu tinha te dito que na minha escola municipal eu incluo, mas no X não. Porque nós fizemos uma reunião, ali eu não sou única educadora né, nem somos duas, nós somos em seis. E o X é meio que polo na educação especial, então tem muito aluno da educação especial. Então a gente optou por não abrir para esse atendimento lá. Então, ali eu não atendo.

- Ok. A justificativa é esta que tu falaste...o número elevado de alunos da educação especial...

- Aham, isso.

7. Os alunos não contemplados pelo atendimento educacional especializado recebem algum apoio pedagógico no ambiente escolar? Qual e como ele ocorre?

- No X sim. Há projetos de apoio pedagógico. Não é específico com psicopedagoga este apoio... tem a brinquedoteca também, outros momentos que os alunos estão contemplados.

- **Ok. Tu sabes me dizer como ocorrem? A frequência... como funciona o apoio...**

- Olha, Andryella... não. Porque como eu trabalho com anos finais e ensino médio, eu tenho pouco contato... porque esse trabalho normalmente é maior nos anos iniciais. Então eu não tenho tanto contato e não posso te detalhar.

8. Presta alguma orientação aos professores da classe regular sobre o trabalho pedagógico com esses alunos?

- Eu não presto, mas caso viessem me procurar, eu prestaria sim apoio a eles. Assim como se a coordenadora viesse... eu acho que isso sim é uma das funções da educação especial... é orientar os professores de como trabalhar. Talvez não o atendimento específico aquele, duas vezes na semana, mas a orientação, acho que é imprescindível.

9. Que tipo de apoio pedagógico considera necessário para os alunos com transtornos específicos da aprendizagem quando não contemplados pelo atendimento educacional especializado?

- **Qual atendimento tu consideras necessário para eles dentro da escola?**

- Que tipo de apoio que eu acho que eles poderiam ter... deveriam... eu acho que seria imprescindível o trabalho de um psicopedagogo na escola. Eu acho que ele tinha que ser legalizado e precisaria ter uns dois ou três psicopedagogos em cada escola, porque são muitos casos também.

- **Ok...**

10. Gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado nesta entrevista?

Uma consideração... algo que tu achas importante falar sobre a temática...

- Olha eu acho importante... a gente teve uma estagiária, aqui no PRAEM, que fez uma pesquisa, exatamente isso... qual a diferença entre dificuldade e transtorno... e ficou... acho até que ela era orientanda da Andréa... e ficou de dar um retorno, que seria a nossa formação nessa área. Mas ainda não tivemos esse momento... acho legal termos esse momento para esclarecer e criar... eu sempre que posso vou em formações. Essa semana, ontem... teve as gurias aqui, as estagiárias, e tivemos um trabalho sobre consciência fonológica. Uma palestra, eu fui... sempre que posso eu

vou me informar, e hoje tem a palestra né... para favorecer a minha aprendizagem na área...

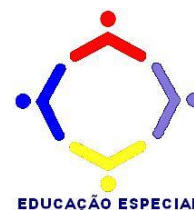
-Seria isso?

- Isso!

-Então muito obrigada!



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Educação Especial



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: Transtornos específicos da aprendizagem e o atendimento educacional especializado: uma polêmica na área da educação especial

Pesquisador Responsável: Andryella Dotto

Orientadora: Prof^a. Ms. Andréa Tonini

Instituição/Departamento: Curso de Educação Especial – Departamento de Educação Especial/Centro de Educação-UFSM

Telefone:(55) 3220 8925 ou (55) 996943324

Local da Coleta de Dados:

Eu, Andryella Dotto e a Professora Orientadora Ms. Andréa Tonini responsáveis pela pesquisa, “Transtornos específicos da aprendizagem e o atendimento educacional especializado: uma polêmica na área da educação especial”, a convidamos a participar como voluntária deste estudo referente ao meu Trabalho de Final de Curso (TFC), que é requisito parcial para a aprovação da disciplina EDE 1024 e para a obtenção do título de Licenciada em Educação Especial.

Esta pesquisa pretende conhecer a percepção dos professores de educação especial em relação aos alunos com transtornos específicos da aprendizagem no contexto do atendimento educacional especializado. Para tanto, elaboramos uma entrevista semiestruturada com dez questões. As respostas serão gravadas em áudio, e, posteriormente, serão transcritas para serem utilizadas como dados do estudo proposto.

Acreditamos que este estudo seja importante por questionar sobre que tipo de apoio educacional alunos com transtornos específicos de aprendizagem recebem dentro das escolas.

Sua participação será através da entrevista.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato conosco.

Você tem garantido a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas apenas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o anonimato e sigilo sobre sua participação.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que a minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade, bem como de esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo.

Assinatura:

Data: